

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 091/2021
Data: 16/06/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO 360° DESTA QUARTA-FEIRA DEBATE A ATUAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS	4
ENCONTRO PORTO & MAR DEBATE OPERAÇÃO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO PORTO DE SANTOS	4
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	5
MAIORIA DOS SERVIDORES DAS UNIDADES REGIONAIS JÁ RECEBEU A PRIMEIRA DOSE DA VACINA CONTRA A COVID-19	5
ANTAQ APRESENTA ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL NA COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES ...	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	8
MP ESPECÍFICA É CAMINHO MAIS CURTO PARA PRORROGAÇÃO DO REPORTO	8
PORTO DE CABEDELO VAI MOVIMENTAR MAIS DE 97 MIL TONELADAS AINDA EM JUNHO	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	9
INVESTIMENTOS EM SETORES PORTUÁRIOS E DE AVIAÇÃO IRÃO FOMENTAR A ECONOMIA NACIONAL	9
ISTOÉ - DINHEIRO	10
CASTRO: INVESTIMENTO COM OUTORGA DA CEDAE DEVE SER COORDENADO COM SETOR PRIVADO	10
LEILÃO 80 DE BIODIESEL DO BRASIL TEM MAIOR VOLUME E QUEDA DE PREÇO, DIZ ABIOVE.....	11
PAES DESTACA ACORDO JUDICIAL EM CONCESSÃO DA CEDAE E ELOGIA CASTRO	12
MONEYTIMES	12
VALE INICIA TESTES DE TREM NÃO TRIPULADO PARA RETOMAR ATIVIDADES NA USINA DE TIMBOPEBA	12
DISCUSSÃO DE MP DA ELETROBRAS NO SENADO PODE SE ESTENDER ATÉ QUINTA, DIZ PACHECO.....	13
AGÊNCIA CÂMARA - DF	13
REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE REGULAMENTAR INCENTIVOS FISCAIS, DIZEM DEPUTADOS.....	13
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	15
VOTAÇÃO DA MP DA ELETROBRAS DEVE FICAR PARA QUINTA (17).....	15
PETROBRAS VAI COMPENSAR GÁS DE MEXILHÃO COM MAIS IMPORTAÇÃO DE GNL NO RIO	16
INDÚSTRIA DIVERGE SOBRE MP DA ELETROBRAS	19
SENADO DEVE ALTERAR A MP DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS EM VOTAÇÃO NESTA QUARTA (16)	20
GM VAI FORNECER BATERIAS E CÉLULAS DE HIDROGÊNIO PARA LOCOMOTIVAS.....	23
EXCELERATE ENERGY FAZ A ÚNICA PROPOSTA POR TERMINAL DE GNL DA BAHIA	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
STF MARCA JULGAMENTO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS.....	25
COM PRESSÃO DA INFLAÇÃO, BANCO CENTRAL SOBE TAXA BÁSICA DE JUROS PARA 4,25%	27
MP DA ELETROBRAS: RELATOR ACEITA 19 EMENDAS E INCLUI INCENTIVO PARA TÉRMICA A CARVÃO	28
REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATOR DEFENDE INCLUSÃO DE JUÍZES E PARLAMENTARES E REVER MUDANÇAS EM CARGOS COMMISSIONADOS.....	30
EQUIPE DE GUEDES FAZ OFENSIVA POR PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E DISPARA MENSAGENS A SENADORES.....	31
SEM PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS, HAVERÁ 'CAOS NO SISTEMA ENERGÉTICO', DIZ BOLSONARO	33
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	34
'PREÇO DE COMMODITIES VAI INFLACIONAR O MERCADO DE CARROS', DIZ PRESIDENTE DE DONA DA FIAT E PEUGEOT	34
ESG E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	37
BOLSONARO ANUNCIA NOVO BOLSA FAMÍLIA DE R\$ 300 E SURPREENDE PRÓPRIO GOVERNO, POIS NÃO CABE NO TETO.....	38
PETROBRÁS DEVE LANÇAR NA QUINTA-FEIRA OFERTA PARA VENDER AÇÕES DA BR DISTRIBUIDORA	39
ENCONTRO ENTRE BIDEN E PUTIN MAIOR MOSTRA INTERESSE AMERICANO EM CONTER A CHINA	39
'BOLSONARO PRECISA DIZER QUE É A FAVOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA', DIZ ARTHUR MAIA	41
VALOR ECONÔMICO (SP)	42
MAERSK PRIORIZA LOGÍSTICA 'PORTA A PORTA' NO BRASIL.....	42
CHINA RESPONDE POR 70% DO SUPERÁVIT COMERCIAL DO BRASIL, DIZ FGV	43
PETROBRAS USA NOVO SUPERCOMPUTADOR PARA REDUZIR RISCO E MELHORAR DESEMPENHO.....	44
ANP PREVÊ 7 BI DE BARRIS FORA DA PLATAFORMA CONTINENTAL.....	45
MINÉRIO DE FERRO PERDE FORÇA E CEDE 3,5% NA CHINA.....	46
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	47
EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO BRASIL SOBE 33,7% EM MAIO E TEM RECORDE HISTÓRICO	47



PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	48
ESTUDO APONTA FALTA DE CONSENSO SOBRE NATUREZA JURÍDICA NA COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA.....	48
BNDES ABRE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CODESA NO DIA 30.....	49
PRODUÇÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA REGISTROU MÉDIA DIÁRIA DE 55 MIL BARRIS DE PETRÓLEO EM ABRIL	49
PORTO DE CABEDELLO VAI MOVIMENTAR MAIS DE 97 MIL TONELADAS AINDA EM JUNHO.....	50
ANP LANÇA PAINEL DINÂMICO DE INVESTIMENTOS DE CONTEÚDO LOCAL.....	50
TERMINAL PORTUÁRIO DO SERGIPE, OPERADO PELA VLI, INICIA PRIMEIRO EMBARQUE DE MILHO PARA EXPORTAÇÃO.....	51
AGRONEGÓCIO BATE RECORDE DE US\$ 14 BILHÕES EM EXPORTAÇÕES EM MAIO	52
CATTALINI TERMINAIS RECEBE PELA SEGUNDA VEZ MAIS DE 16 MIL TON. DE ÓLEOS AQUECIDOS.....	53
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	53
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	53



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO 360° DESTA QUARTA-FEIRA DEBATE A ATUAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Everandy Cirino e Bruno José dos Santos são os convidados desta edição

Por: Redação - 16/06/21 - 11:30

O programa Porto 360°, que vai ao ar às 19h45 nas redes sociais do Grupo Tribuna – no Facebook e no YouTube, debate nesta quarta-feira (16), a atuação dos trabalhadores portuários de Santos.

O programa terá a participação dos presidentes do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, e do Sindicato dos Estivadores, Bruno José dos Santos. A apresentação é de Maxwell Rodrigues.

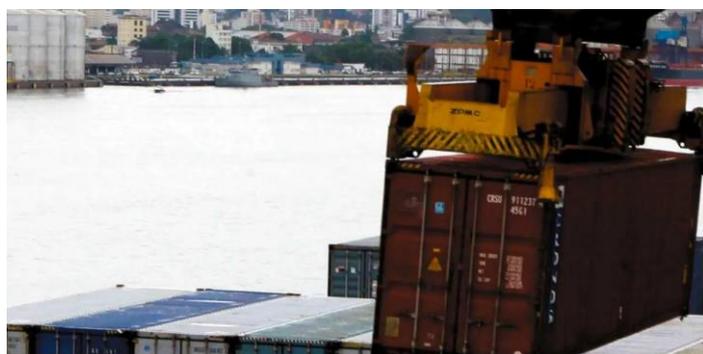
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/06/2021

ENCONTRO PORTO & MAR DEBATE OPERAÇÃO E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO PORTO DE SANTOS

Evento será transmitido on-line para público inscrito nesta quarta-feira (16)

Por: Redação



Operação de contêineres em Santos: Encontro discutirá as inovações tecnológicas e mercado de trabalho - Foto: Carlos Nogueira/AT

Estratégias para otimizar as operações portuárias em Santos e as tendências tecnológicas do segmento serão discutidas nesta tarde, na sede do Grupo Tribuna, no 1º Encontro Porto & Mar 2021. O evento contará com apresentações e debates de diversas autoridades e executivos do Porto de Santos.

As discussões poderão ser acompanhadas em transmissão on-line, onde 500 inscritos participarão do evento.

Os trabalhos serão iniciados às 13h50, logo após a abertura, que contará com a presença do diretor-presidente do Grupo Tribuna, Roberto Clemente Santini.

O primeiro painel, que vai tratar dos desafios operacionais para a expansão do Porto de Santos, terá início às 14 horas. Esses debates devem girar em torno das ações necessárias para otimizar as atividades do complexo marítimo, sob a ótica das empresas que atuam no agronegócio.

Estão previstas três palestras. A primeira é do diretor de Compras Diretas na Yara International, Gustavo Zaitune. O gerente executivo de Logística Internacional da JBS, Clóvis Wessling, vem na sequência, abordando as operações com proteína animal. Por fim, o diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, também falará sobre a logística, desta vez, voltada aos embarques da commodity.

Essas operações serão debatidas com o diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabio Lavor, e com o gerente-executivo da Rumo Logística, João Almeida, além do diretor de Logística da GM, Neuton Togi Karassawa.

Mão de obra

Após uma pausa, o segundo painel vai abordar as novas tendências tecnológicas do setor portuário e como elas impactam a demanda por mão de obra nesse mercado. O prefeito de Santos, Rogério Santos fará uma palestra de abertura dessas discussões, às 15h50.

As tendências mundiais sobre o perfil do profissional portuário em 2030 serão debatidas logo a seguir, às 16h15, pelo diretor do STC Internacional, Albert Boss. Trata-se de uma instituição educacional e de pesquisa com operação mundial para as indústrias de navegação, logística, transporte e processo, com sede no Porto de Roterdã.

Em seguida, a gerente de TI da Brasil Terminal Portuário (BTP), Fabiana Alencar, falará sobre a relação dos processos burocráticos do setor e automação. E o engenheiro da computação e professor da Fatec Ricardo Pupo abordará a tropicalização de soluções e sistemas.

A programação ainda inclui a participação do diretor da TBA Group, Guilherme Soares de Sá Peixoto, e do especialista em sistemas de informação Marcelo Rosa. O primeiro abordará as tendências mundiais para o setor portuário, enquanto o segundo destacará avanços em inteligência artificial, automatização de processos e internet das coisas.

Esses temas serão debatidos também pelo presidente da Câmara de Santos, Adilson Júnior, e por executivos de terminais portuários. Entre eles, estão o gerente de TI da DP World, Elder Coppi, e a gerente de Sistemas da Santos Brasil, Adriana Augusto.

A última palestra do dia ficará por conta do professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, Gesner Oliveira. O executivo abordará as expectativas para a economia brasileira em 2022 e os desafios da infraestrutura de transporte para o escoamento das cargas. Conforme a programação, o evento será encerrado às 18h30.

Inscritos

As inscrições para o 1º Encontro Porto & Mar 2021 estão encerradas. O webinar será através do aplicativo Zoom Cloud Meeting. O link e senha de acesso da sala virtual serão enviados aos inscritos. A sala virtual estará liberada para acesso a partir das 12h30.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/06/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

MAIORIA DOS SERVIDORES DAS UNIDADES REGIONAIS JÁ RECEBEU A PRIMEIRA DOSE DA VACINA CONTRA A COVID-19

A vacinação contra a doença só foi possível a partir das tratativas empreendidas pela ANTAQ junto ao Ministério da Infraestrutura

Os servidores das unidades regionais da ANTAQ que atuam diretamente na realização de ações fiscalizatórias nas áreas portuárias e de navegação já começaram a ser vacinados contra a Covid-19. Até o momento, dos 141 servidores habilitados à vacinação, 118 já tomaram, pelo menos, a primeira dose.

A vacinação contra a Covid-19 só foi possível a partir das tratativas empreendidas pela ANTAQ junto ao Ministério da Infraestrutura. Em ofício encaminhado ao ministro Tarcísio de Freitas no final de fevereiro, o diretor-geral da Agência, Eduardo Nery, argumentou que a vacinação dos agentes fiscais da Agência permitiria que as fiscalizações dos serviços do setor aquaviário fossem realizadas em



condições de saúde adequadas enquanto persistir a emergência de saúde pública de importância internacional.

O objetivo foi a inserção dos servidores da Agência que atuam na linha de frente em virtude da priorização da vacinação para os trabalhadores do transporte aquaviário e dos trabalhadores portuários, de acordo com informe técnico do Ministério da Saúde, publicado no dia 23 de janeiro de 2021. A partir daí, cada unidade regional passou a ser vacinada em virtude do calendário disposto pelos municípios. “Já podemos afirmar que foi excelente a adesão à nossa campanha de vacinação contra a Covid-19”, comemorou Nery.

De acordo com o superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais, Fábio Fonseca, a ANTAQ constituiu um controle centralizado para acompanhamento do andamento da vacinação com informações fornecidas online pelas chefias das unidades regionais. “A grande maioria dos servidores foi vacinada apenas com a primeira dose. O acompanhamento indica a previsão de aplicação de segunda dose para cada um dos servidores”, explicou Fonseca.

O chefe da Unidade Regional de São Luís, Marcelo de Carvalho, celebrou a oportunidade dos agentes de fiscalização serem imunizados. “Todos fomos atingidos por uma enorme tempestade chamada Covid-19, que provocou muitas perdas. Sentimos muito medo, pois nossas viagens de fiscalização envolvem deslocamentos por grandes distâncias. Além disso, nossa equipe transita com frequência no Porto do Itaqui, onde, recentemente, foi detectada a presença da terrível cepa indiana. Assim, a oferta de vacina aos servidores da nossa unidade representou um enorme alento e um grande estímulo para retomada integral de nossas atividades fiscalizatórias.”

O chefe da Unidade Regional de Curitiba, Thiago Bonetti, informou que, logo que a vacina foi disponibilizada, a equipe já estava na fila com a documentação necessária em mãos. “Temos a percepção de que dentro de poucos meses as fiscalizações, que nunca pararam, passarão a ser realizadas com menos receios e mais proximidade entre os membros da Agência e os fiscalizados. E o mais importante: passamos a vislumbrar uma esperança de normalidade na vida dos fiscais.”

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 16/06/2021

ANTAQ APRESENTA ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL NA COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES

O estudo teve por objetivo identificar a experiência internacional na regulação da matéria e analisar a aplicabilidade dos conceitos internacionais ao regime jurídico brasileiro e à realidade logística nacional

Anatureza jurídica, a experiência internacional, a cobrança dessa taxa no Brasil em comparação aos valores praticados no exterior são alguns pontos que foram levantados no estudo Experiência Internacional na Regulação da Sobre-Estadia de Contêineres, apresentado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ nesta quarta-feira (16).

O evento virtual contou com a participação do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, e do superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Autarquia, José Renato Fialho. Ao abrir os trabalhos, Nery destacou a importância do estudo, que servirá para subsidiar a regulação do tema, especialmente quanto ao aprimoramento da gestão e coibir a abusividade na cobrança da taxa de sobre-estadia no Brasil. A apresentação foi feita pelo gerente de Desenvolvimento e Estudos da Agência, José Neto, pelo gerente de Regulação da Navegação Marítima, Sérgio Oliveira, e pelo especialista da Gerência de Desenvolvimento e Estudos, Rodrigo Trajano.



A Agência já regulou a matéria, por meio da Resolução Normativa nº 18/2017, e vem trabalhando na formulação de procedimentos metodológicos sistematizados que vão servir para análise de possíveis abusividades na cobrança de sobre-estadia de contêineres por parte dos transportadores marítimos. Em relação ao tema, previsto na sua Agenda Regulatória do período 2020/2021, a ANTAQ realizou a Tomada Pública de Subsídios nº 03/2020/SRG, encerrada em 03/11/2020; o Relatório de Análise de Impacto Regulatório - AIR preliminar; e a audiência e consulta públicas nº 13 – atualmente em andamento até o dia 28/07/2021.

A sobre-estadia de contêiner é conceituada no estudo como a quantia diária convencionada pelas partes em favor do proprietário ou possuidor do contêiner, decorrente da sua não-devolução no período pactuado de franquia livre (free time), e tem duas finalidades: promover o ressarcimento das perdas e danos do armador e compelir a devolução do contêiner. O dono da carga, contudo, ficará isento da sua cobrança se não extrapolar o prazo acordado com o transportador marítimo; é a chamada livre estadia.

O estudo aponta que a definição da natureza jurídica da cobrança, no Brasil, é essencial ao tema, “pois seu enquadramento possui consequências na necessidade de comprovação de dolo, na limitação de valores, na determinação do prazo de prescrição, nos efeitos tributários, entre outras”, além de chamar a atenção para aspectos inerentes ao país acerca da matéria, como o spread realizado por agentes intermediários e problemas logísticos.

O estudo foi buscar nas boas práticas da Federal Maritime Commission (FMC) e da FIATA – International Federation of Freight Forwarders, organização não-governamental representativa de despachantes de carga e provedores de logística de mais de 150 países, o melhor entendimento para a cobrança da sobre-estadia. Segundo a FMC, a sobre-estadia deve incentivar a pronta movimentação de cargas e ser transparente. Usar linguagem padronizada e informações de acompanhamento das cargas também ajuda toda a cadeia logística, diz a Comissão, cujos critérios para averiguar a razoabilidade da cobrança deverão ser utilizados pela agência.

Em relação aos valores unitários medianos de sobre-estadia cobrados nos portos de Buenos Aires, Antuérpia, Roterdã, Cingapura e Shangai, o levantamento demonstra que os valores praticados no Porto de Santos, de forma geral, não são superiores ao demais portos, exceto Cingapura, para determinados tipos de contêineres, e Shangai. A estadia livre (free-time) do porto de Santos também não difere de forma significativa dos demais portos de referência, segundo o estudo.

No sentido de exportação – finaliza o estudo da ANTAQ -, via de regra, as condições ofertadas de valor e free-time no Porto de Santos são melhores do que na importação, apesar dos conhecidos problemas da aduana brasileira para a internalização das cargas.

Por fim, foram apresentadas as principais conclusões do relatório preliminar da Análise de Impacto Regulatório, desenvolvido pela Gerência de Regulação da Navegação Marítima, vinculada à Superintendência de Regulação da Agência, em resposta ao problema regulatório apresentado no item 2.2. da Agenda Regulatória da ANTAQ no biênio 2020/2021.

A AIR preliminar propõem a elaboração de procedimento para análise da situação concreta, com um método pré-definido para apuração de denúncias/reclamações sobre o tema, além da definição da natureza jurídica da sobre-estadia e a implementação de pesquisa periódica de preços com o intuito de aumentar a transparência e reduzir a assimetria de informações entre os agentes do setor.

Acesse o estudo completo na Central de Conteúdos em gov.br/antag

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 16/06/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MP ESPECÍFICA É CAMINHO MAIS CURTO PARA PRORROGAÇÃO DO REPORTO

Informação: SINDAPORT (16 de junho de 2021)

Empresários do setor portuário esperam obter nas próximas semanas uma garantia da prorrogação do Reporto, regime especial para a aquisição de equipamentos. A solução mais rápida é o governo editar uma medida provisória específica para garantir a prorrogação do incentivo, que perdeu a validade em dezembro de 2020. Como a MP passa a valer imediatamente, até sua votação, essa é vista pelos agentes como a principal alternativa. O impasse foi apresentado em uma reunião entre entidades setoriais e representantes do Ministério da Economia, em março. O grupo recebeu a informação de que o Ministério da Economia enviou a análise do tema para a Receita Federal.

Outra opção para renovação do Reporto seria a aprovação de uma emenda à MP 10.051/2021, que trata do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e). Esse processo, porém, pode levar mais tempo porque depende da sanção. Além dos terminais portuários, uma eventual prorrogação do Reporto beneficiará a compra de equipamentos por empresas do setor ferroviário.

Durante a reunião da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística (CTLOG), na semana passada, o relator da MP 10.051, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), disse a empresários do setor portuário e ferroviário que o relatório da MP do DT-e deve ser liberado na primeira quinzena de julho, antes do prazo em que a medida expira. Na ocasião, eles reforçaram que o impacto da desoneração para o governo federal é inferior a 1%, além de destravar investimentos.

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) avalia que o tema parece caminhar para uma confluência. A associação estima um potencial represado da ordem de R\$ 150 milhões que deixa de ser investido no setor portuário — montante que pode chegar a R\$ 300 milhões, considerando o correspondente para equipamentos no setor ferroviário. O diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, afirmou que, considerando apenas o setor portuário, o impacto tributário ao Tesouro é de 0,6%, ou menos. Ele citou equipamentos portuários que custam mais de 10 milhões de euros.

“O Reporto não é incentivo de consumo, é incentivo de investimento aplicado em equipamentos dentro do porto, na área alfandegada, para carga e descarga de navios. E para investimentos do ferroviário de carga, beneficiando toda a cadeia produtiva de comércio”, defendeu Silva em entrevista à Portos e Navios. Ele acrescentou que, caso o regime não seja ou demore a ser renovado, o setor de infraestrutura sentirá falta daqui a um ano e meio ou dois anos. Ele frisou que, nos últimos anos, o setor portuário já estava preparado e conseguiu dar vazão ao crescimento das movimentações de cargas.

As emendas pedindo inclusão do regime especial apresentadas ao projeto de lei 4.199/2020, em tramitação no Senado, também demorariam porque, após a perda da urgência constitucional, o texto do BR do Mar segue sem previsão de voltar à pauta. Com as incertezas quanto ao texto da Reforma Tributária, a leitura é que a prorrogação do Reporto por esse caminho também é difícil de ser alcançada em menos tempo. Silva avaliou ainda que a edição de uma MP específica prorrogando o Reporto no curto prazo seria o melhor dos mundos, na medida que a conversão da MP da DT-e com a emenda sobre renovação do regime pode levar pelo menos dois meses para ser aprovada e ter eficácia.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/06/2021



PORTO DE CABEDELLO VAI MOVIMENTAR MAIS DE 97 MIL TONELADAS AINDA EM JUNHO

Informação: Agência Porto (16 de junho de 2021)

Mais de 97 mil toneladas de cargas passarão pelo Porto de Cabedelo só na segunda quinzena de junho. Segundo a Gerência de Operações, pelo menos cinco navios devem atracar até o fim de junho.

A previsão é de 97.873 toneladas, sendo dois navios de gasolina e dois de diesel, além de um navio com bentonita e outro com petcoke.

Em junho já houve a movimentação de 85.172 toneladas no cais, além de 14 mil toneladas de trigo que estão em operação. No total, a previsão para o mês é de 160.385 toneladas de cargas movimentadas.

Entre janeiro e maio, o Porto de Cabedelo já movimentou 522.499 toneladas entre grãos sólidos e líquidos. O montante representa um aumento de 25% em relação ao registrado em 2019.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/06/2021



Governo Federal

Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

INVESTIMENTOS EM SETORES PORTUÁRIOS E DE AVIAÇÃO IRÃO FOMENTAR A ECONOMIA NACIONAL

Secretários do MInfra exibiram os recentes resultados durante evento promovido pela OAB

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, e o secretário nacional de Aviação Civil Substituto, Carlos Eduardo Resende Prado, mostraram a integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) os impactos dos avanços de seus respectivos setores na economia e infraestrutura brasileira. Os dados foram apresentados durante o Encontro Nacional de Direito Marítimo e Aeronáutico.

Piloni citou os investimentos em portos e hidrovias, na ordem total de R\$ 25 bilhões, até 2035, e que irão transformar os segmentos e a economia nacional com a criação de mais vias navegáveis e portos para o escoamento da produção brasileira. Ele também mencionou o Plano Nacional de Logística como um legado para aumentar a capacidade de planejamento das autoridades portuárias.

REGIONAL – Na aviação, Carlos Prado destacou a concessão de 22 aeroportos ocorrida no início de abril durante a Infra Week. Os leilões garantiram R\$ 6,1 bilhões em investimentos e R\$ 3,3 bilhões em outorgas.

Outra prioridade do MInfra é investir na aviação regional, com a reforma de aeroportos em cidades estratégicas na região Norte. Após concluídas, as concessões serão geridas por concessionários privados, aumentando a movimentação de passageiros, principalmente em destinos turísticos.

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 16/06/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CASTRO: INVESTIMENTO COM OUTORGA DA CEDAE DEVE SER COORDENADO COM SETOR PRIVADO

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), reafirmou nesta quarta-feira, 16, a decisão de destinar os valores bilionários obtidos com as taxas de outorga das concessões de parte dos serviços de água e esgoto hoje operados pela Cedae, a companhia estadual de saneamento, para investimentos, em vez de destiná-los para pagar parte da dívida com a União. Castro ponderou, porém, que o investimento público não pode ter qualquer destinação. Deve ser feito em projetos “coordenados” com a iniciativa privada, que gerem “novos investimentos”.

Segundo ele, o governo fluminense lançará em breve o “Pacto RJ”, programa de investimentos com recursos levantados com a concessão da Cedae. Os projetos têm sido estudados desde janeiro, segundo Castro. Os técnicos do governo estadual já estariam, inclusive, trabalhando no desenho de licitações.

O Ministério da Economia, por sua vez, quer que parte dos recursos seja destinado para quitar uma dívida de R\$ 4,3 bilhões, referentes ao empréstimo contraído com o BNP Paribas, no fim de 2017, já no âmbito da primeira versão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o programa de socorro federal a Estados em dificuldades. Sem caixa no fim do ano passado, quando o empréstimo de três anos venceu, o Rio deu o calote no banco francês, que executou a garantia oferecida pelo Tesouro Nacional.

Mês passado, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com um recurso para tentar derrubar uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a cobrança dessa dívida com o Tesouro, como revelou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) no início do mês.

O governo fluminense quer incluir a dívida no total que será refinanciado, em até 30 anos, no âmbito do novo RRF, cujas regras foram mudadas no início deste ano. No fim do mês passado, o Estado do Rio pediu adesão ao novo programa de socorro.

Questionado sobre isso, Castro disse que o governo fluminense ainda está em “negociações” com o Ministério da Economia. “Entendemos que estamos em Regime de Recuperação Fiscal, que prevê um fôlego para que o Estado possa se recuperar”, afirmou o governador, numa referência ao alívio no pagamento da dívida com a União, oferecido pelo RRF, com medidas de ajuste fiscal em contrapartida.

Segundo Castro, neste momento, o que o Rio precisa para se recuperar é “de desenvolvimento”, com foco em crescimento econômico e geração de empregos, que levam ao aumento da arrecadação tributária do governo estadual. Castro frisou que os recursos levantados com as outorgas são de uso livre, classificados como “fonte 100” na contabilidade pública.

Nesse quadro, o investimento público é mais importante do que pagar a dívida com a União ou capitalizar a Previdência dos servidores públicos. “Dever R\$ 180 bilhões ou R\$ 185 bilhões não faz muita diferença para o equilíbrio fiscal”, disse o governador.

O governador falou à imprensa em entrevista coletiva após uma apresentação para representantes das 29 prefeituras envolvidas nas concessões da Cedae. No evento, foi apresentada a divisão dos R\$ 22,7 bilhões levantados em taxas de outorga com as concessões da Cedae.

Segundo os dados apresentados, ao governo estadual caberão R\$ 14,478 bilhões do valor total, sendo que R\$ 9,411 bilhões entrarão nos cofres ainda este ano, na assinatura dos contratos de concessão.

Na entrevista, Castro esclareceu que, em termos líquidos, o valor que entrará para o Estado do Rio Grande do Sul neste ano ficará entre R\$ 6,5 bilhões e R\$ 7 bilhões, porque há “pagamentos” associados a Cedae a fazer, relativos a “acordos judiciais”.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 16/06/2021

LEILÃO 80 DE BIODIESEL DO BRASIL TEM MAIOR VOLUME E QUEDA DE PREÇO, DIZ ABIOVE

(Por Roberto Samora)

Biocombustível E85 etanol sendo bombeado em veículo em posto de gasolina em Nevada, no Iowa, Estados Unidos.

SÃO PAULO (Reuters) – O 80º leilão de biodiesel, para entregas em julho e agosto, negociou 1,1 bilhão de litros, cerca de 50 milhões de litros acima do certame anterior, e ainda registrou queda de 5 centavos de real por litro, afirmou a associação de produtores Abiove nesta quarta-feira, citando que os resultados mostram que o setor tem condições de ampliar a oferta.

O leilão 80 –assim como o 79– foi realizado para uma mistura de 10% de biodiesel no diesel, após o governo decidir reduzir temporariamente em três pontos percentuais o “mix” citando preços altos do óleo de soja, matéria-prima que responde por mais de 70% do produção do biocombustível.

“Esse desempenho sinaliza que a indústria do biodiesel tem plena capacidade para aumentar a produção no Brasil gerando empregos, renda, segurança energética e contribuindo com a produção de farelo proteico, além de reduzir as emissões de poluentes”, disse o economista-chefe da Abiove, Daniel Furlan Amaral, em nota.

Procurada, a reguladora ANP não comentou os resultados do leilão, acrescentando que, pelo cronograma, a homologação deverá ocorrer em 30 de junho.

A Abiove citou que o volume adquirido pelas distribuidoras no leilão 80 representa uma queda de 13% sobre o comercializado na licitação para atender o bimestre julho/agosto de 2020, quando a mistura obrigatória estava em 12%.

Mas a Abiove destacou que, a despeito de o total arrematado ter aumentado 5% em relação ao leilão 79, houve sobreoferta de 355,5 mil litros, “volume mais que suficiente para que o Brasil adotasse o B13 ainda nesse bimestre”.

A Abiove disse que a queda no valor do biodiesel seguiu redução dos preços das matérias-primas em moeda nacional –a decisão do governo de reduzir temporariamente a mistura obrigatória se deu considerando interesses dos consumidores relacionados a preços.

A associação afirmou também que, enquanto o preço do biodiesel cai, o petróleo segue aumentando, atingindo nesta semana 73 dólares por barril, maior nível em dois anos, com possíveis reflexos no preço do diesel brasileiro.

Se está destinando menos óleo de soja para biodiesel, a indústria está ampliando as exportações das matérias-primas do biocombustível, reduzindo o processamento interno.

Com base nos resultados do leilão 80, as usinas brasileiras de biodiesel terão capacidade ociosa de 40,2% durante julho e agosto, índice que pode chegar a cerca de 60% nas regiões Sudeste e Nordeste, comentou a associação.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 16/06/2021

PAES DESTACA ACORDO JUDICIAL EM CONCESSÃO DA CEDAE E ELOGIA CASTRO

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), destacou nesta quarta-feira, 16, o papel de um acordo judicial entre a Prefeitura da capital fluminense e o governo do Estado para destravar as concessões de parte dos serviços de água e esgoto hoje operados pela Cedae, a companhia estadual de saneamento. Na gestão anterior da Prefeitura, o ex-prefeito Marcelo Crivella recorreu ao Judiciário para barrar a concessão de saneamento.

“Em dezembro (de 2020, com Paes já eleito), tínhamos pendências judiciais que atrapalhariam (a concessão)”, afirmou Paes, em discurso durante apresentação do governo do Estado do Rio sobre a divisão, entre os 29 municípios envolvidos, dos R\$ 22,7 bilhões levantados com taxas de outorga da concessão.

Ao lado do governador Cláudio Castro (PL), Paes afirmou que o mandatário fluminense teve “talento”, “capacidade” de aglutinar politicamente e “generosidade” para conduzir o processo de concessão. Isso, segundo o prefeito, facilitou que se chegasse ao acordo judicial. Paes lembrou que “pendências judiciais” poderiam afastar investidores privados no projeto.

Do total de R\$ 22,7 bilhões em outorgas, a cidade do Rio ficará com R\$ 3,705 bilhões. A primeira parcela que caberá à capital fluminense neste ano é de R\$ 2,408 bilhões.

“A pergunta é por que não fizeram isso antes. Quanto tempo perdemos e quanto deixamos de ganhar”, afirmou Paes, elogiando o projeto de concessão.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 16/06/2021



MONEYTIMES

VALE INICIA TESTES DE TREM NÃO TRIPULADO PARA RETOMAR ATIVIDADES NA USINA DE TIMBOPEBA

Por Reuters

A Vale (VALE3) poderá retomar atividades da usina de Timbopeba, em Mariana (MG), em até dois meses, com a implantação de trem não tripulado, utilizando de 80% a 100% de sua capacidade diária de produção, de 33 mil toneladas de finos e minério de ferro, informou a companhia em comunicado nesta quarta-feira.

A mineradora foi obrigada a paralisar a usina recentemente, após interdição da Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais para atividades em áreas próximas à barragem Xingu, da mina Alegria, após o órgão concluir que havia risco de ruptura da estrutura.

No comunicado desta quarta-feira, a Vale afirmou que as atividades continuam suspensas devido à interdição e ressaltou que a barragem permanece em nível 2 de emergência, conforme Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM), “em que não há risco iminente de ruptura”.

“Em respeito ao termo de interdição... continuam suspensos o acesso de trabalhadores e a circulação de veículos na zona da inundação da barragem Xingu, incluindo da mina Alegria, sendo permitido apenas, mediante rigoroso protocolo de segurança, o ingresso de pessoas que trabalham nas atividades de estabilização da estrutura e nas ações estruturantes para implementação do trem não tripulado”, disse a Vale.

A empresa explicou que, durante a fase de testes do trem não tripulado – que deverá durar entre um e dois meses-, há menor circulação de composições no ramal, com velocidade reduzida, com retorno gradual da carga transportada.

“Após a integral implementação, o trem não tripulado percorrerá um trecho de 16 km por meio de sistema de controle integrado capaz de realizar operações de aceleração e frenagem dinâmica de forma automática”, disse a empresa.

A empresa reafirmou ainda que a barragem é monitorada e inspecionada por equipe técnica especializada, estando incluída no plano de descaracterização de barragens da companhia.

“Por máxima cautela, a Zona de Autossalvamento (ZAS) da Barragem Xingu permanece evacuada, não havendo a presença permanente de pessoas na área”, pontuou.

Fonte: MoneyTimes

Data: 16/06/2021

DISCUSSÃO DE MP DA ELETROBRAS NO SENADO PODE SE ESTENDER ATÉ QUINTA, DIZ PACHECO

Por Reuters

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), admitiu nesta quarta-feira a possibilidade de a discussão e a votação da MP da privatização da Eletrobras (ELET3) se estenderem até a quinta-feira.

Ainda sem um parecer fechado, a medida provisória foi objeto de questionamento de senadores sob o argumento de que tema tão polêmico necessita de tempo para debate.

Em resposta, Pacheco afirmou que garantirá todo o prazo regimental previsto e que, “se necessário for, pelo adiantado da hora”, a discussão poderá se “desdobrar” para a quinta-feira.

“Respeitaremos todas as fases do processo legislativo”, disse.

A MP enfrenta resistências na Casa, principalmente em relação a trechos inseridos pela Câmara dos Deputados sem relação direta com o assunto principal da matéria, os chamados “jabutis”.

Fonte: MoneyTimes

Data: 16/06/2021



AGÊNCIA CÂMARA - DF

REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE REGULAMENTAR INCENTIVOS FISCAIS, DIZEM DEPUTADOS

Por Agência Câmara



A lei de 2017 tenta regularizar incentivos concedidos a diversos setores à revelia do Conselho de Política Fazendária (Imagem: Gustavo Sales/Câmara dos Deputados)

Participantes de audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara nesta quarta-feira (16) indicaram que a reforma tributária, apesar de sua complexidade, é o melhor caminho para organizar os incentivos fiscais de estados e municípios.

Os integrantes da comissão estão discutindo um Projeto de Lei Complementar (PLP 5/21) que altera a Lei Complementar 160/17 sobre isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A lei de 2017 tenta regularizar incentivos concedidos a diversos setores à revelia do Conselho de Política Fazendária (Confaz) e estabelece prazos de vigência para os benefícios fiscais. Mas, enquanto para a indústria, por exemplo, o limite é de 15 anos, para as atividades comerciais o prazo foi estabelecido em 5 anos, e termina em 2022. O projeto de lei complementar pretende equiparar as duas áreas.

Durante as discussões, governadores de alguns estados salientaram a importância de que os benefícios fiscais sejam revistos no âmbito da reforma tributária, mas defenderam um período de transição para que as isenções sejam extintas. Wellington Dias, do Piauí, concordou com a prorrogação do prazo para o comércio e sugeriu a redução gradativa dos incentivos.

Renato Casagrande, do Espírito Santo, lembrou do peso do comércio atacadista para a economia do seu estado: são quase 1.500 empresas, que geram 20 mil empregos.



Renato Casagrande: comércio atacadista gera 20 mil empregos no ES (Imagem: Agência Brasil/ José Cruz)

“As distribuidoras têm um papel essencial nessa ligação com o consumidor, com a rede varejista. A retirada desse incentivo pode levar a um aumento de preços. Então além de você causar desemprego e atrapalhar a política dos estados, você também pode ter um aumento de preços. E nós estamos vivendo um momento inflacionário”, lembrou.

Secretário de Fazenda de São Paulo, o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles é contra a prorrogação do benefício ao comércio e ressalta que a reforma tributária pode resolver a guerra fiscal, mudar a tributação dos produtos da origem para o destino e implantar fundos de desenvolvimento para tentar corrigir as desigualdades regionais.

“O acordo de 2017 foi muito importante e ali já pacificou a questão. Não há motivo para voltarmos atrás e querermos restituir aqui um novo processo, que poderia levar a guerras fiscais intermináveis”, disse. Para ele, o benefício é importante, por isso foi estendido por cinco anos. “Quebrar isso leva a um risco de insegurança jurídica muito grande.”

Para Camila Blanco, representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a extensão dos incentivos fiscais ao setor é importante principalmente em um contexto de pandemia, já que, no ano passado, por exemplo, 75 mil estabelecimentos fecharam as portas.

“Nesse cenário, fica inconcebível pensarmos em qualquer aumento de tributação, em mais falência de empresas, em perda de mais empregos. O encerramento, em 2022, de benefícios fiscais já concedidos pelos estados provocaria efeitos ainda mais prejudiciais para a sobrevivência das empresas e para a população brasileira”, alertou.

O relator do Projeto de Lei Complementar, deputado Da Vitória (Cidadania-ES), é um dos que salienta a complexidade da reforma tributária. Ele acrescentou mais um argumento favorável à proposta.

“Quando se fala em perda de receita, nós temos que entender que esses impostos não estariam sendo tributados se não tivesse incentivos fiscais, que são facultados a cada um dos entes federados. Ninguém de pronto, com a aprovação dessa regra, vai ter a obrigação de conceder incentivo fiscal”.

Durante a audiência pública, Renato Conchon, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), reivindicou que o setor de produtos in natura também tenha estendido o prazo dos benefícios fiscais, que terminou em dezembro de 2020. Ele afirmou que o impacto do fim desses incentivos já está sendo sentido em preços como os da carne suína e do leite. O representante da CNA enfatizou que a reforma tributária deve ter um olhar diferenciado para a produção de alimentos.

Fonte: MoneyTimes

Data: 16/06/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

VOTAÇÃO DA MP DA ELETROBRAS DEVE FICAR PARA QUINTA (17)

Senadores pedem mais tempo para votação

Por epr 16 de junho de 2021 Em Congresso, Setor elétrico

O Senado começou a discutir nesta quarta (16) a Medida Provisória 1031, que trata da privatização da Eletrobras, mas a votação da matéria deve ficar para amanhã, com senadores pedindo mais tempo para analisar o texto final.

O relator da matéria, senador Marcos Rogério (DEM/RO), apresentou o relatório no final da tarde de hoje.

A promulgação da MP 1031, que caduca no dia 22 de junho, é necessária para o governo federal realizar seu plano de capitalização da estatal ainda no primeiro trimestre de 2022.

As dezenas de emendas apresentadas até o momento são apenas um recorte das negociações em curso envolvendo o governo, o relator Marcos Rogério (DEM/RO) e até mesmo o relator da MP na Câmara, Elmar Nascimento (DEM/BA).

No caso de aprovação das alterações dos senadores, a medida volta para a Câmara dos Deputados.

Se depender do governo e dos relatores, o texto da Câmara – com contratação de térmicas, PCHs e prorrogação do Proinfra – será aprovado.

O Senado deve alterar outros pontos, como garantir que a indicação de diretores do ONS passe pelo crivo dos senadores.

O debate sobre o rateio dos recursos também é alvo de modificações: pode ser incluído fundo para contemplar a região Sul, por exemplo, que ficou de fora do pacote que passou na Câmara.

Há possibilidade de alteração da destinação da renda de Itaipu, na versão atual, utilizada para reduzir o impacto nas contas de energia de consumidores cativos e livres.

Algumas alterações negociadas no Senado Federal

Indicações para o ONS

Incluir uma emenda para submeter indicações para o Operador Nacional do Sistema (ONS) ao crivo do Senado Federal, por meio de sabatinas e votações, como as que são feitas para as diretorias de agências reguladoras, por exemplo.



O próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), protocolou a proposta.

Alterar o rateio de recursos

A MP prevê despesas para os consumidores – aumento do preço da energia vendida pela Eletrobras privatizada – e ganhos, que vão da destinação de cerca de R\$ 8 bilhões para fundos regionais de revitalização e programas de desenvolvimento nas áreas de influência da estatal.

De forma geral, a negociação envolve mudar o rateio, seja para objetivos regionais ou para transferir recursos e despesas para beneficiar classes de consumidores, no mercado livre e cativo.

Há uma discussão sobre a inclusão de medidas para beneficiar a região Sul, que acabou não contemplada no texto da Câmara.

Considerando o rateio de projetos e recursos, a região Sul acabou desprestigiada.

Na contratação de PCHs há um mecanismo para distribuir a potência por diversos estados e a tendência é que alguns projetos sejam construídos no Paraná. Fora isso, a região perderia aportes de Itaipu com a MP.

Pelo texto aprovado na Câmara, o superávit da usina é transferido para modicidade tarifária, o que desagradou à bancada do Sul, que obviamente se beneficia de obras e investimentos da empresa na região – o próprio governo se gabou da construção de pontes, rodovias e aeroportos na gestão de Silva e Luna em Itaipu.

Para tentar compensar a mudança, o presidente da Comissão de Infraestrutura, Dário Berger (MDB/SC), entrou com uma emenda para garantir a contratação de 2 GW termelétricos a carvão nacional e destina R\$ 2,5 bilhões para a região carbonífera do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Localização das térmicas

Com a mensagem clara do relator Marcos Rogério e, portanto, do governo quanto à manutenção da contratação de térmicas a gás no texto da MP, senadores tentam garantir investimentos para os seus estados, com a definição da localidade das térmicas, hoje feita por região (Nordeste e Norte/Centro-Oeste).

No Senado ou até mesmo na Câmara, iniciativas para desconfigurar a proposta original devem enfrentar resistência. Isto é, será difícil retirar a garantia de contratação de térmicas no Norte e Centro-Oeste, em estados sem suprimento de gás natural.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/06/2021

PETROBRAS VAI COMPENSAR GÁS DE MEXILHÃO COM MAIS IMPORTAÇÃO DE GNL NO RIO

Por epbr - 16 de junho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação epbr@epbr.com.br

em jogo

A ANP está autorizando a Petrobras a elevar a importação de gás natural liquefeito (GNL) pelo terminal da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, de 20 milhões para 30 milhões de m³ por dia.

— O aumento da importação de GNL é a saída para compensar a parada programada de manutenção da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, prevista para começar em 15 de agosto e com duração de 30 dias.

— As informações são do diretor-geral da agência reguladora, Rodolfo Saboia, que garantiu nessa terça (15/6) que não há risco de desabastecimento.

— Mexilhão é o hub de transferência do gás natural do Rota 1, que conecta campos do pré-sal a Caraguatatuba (SP). O gasoduto tem capacidade de 10 milhões de m³/dia.

— “A Petrobras já tem um plano para mitigar essa deficiência de fornecimento por intermédio de gás natural liquefeito importado por navios. O cenário que antevemos hoje é que não haverá essa falta [de combustível]”, afirmou Saboia.

Na Bahia, a Excelerate Energy foi a única empresa a entregar proposta para arrendamento do terminal de GNL de Salvador, na segunda licitação aberta pela Petrobras. A empresa ofereceu pouco mais de R\$ 3 milhões de pagamento mensal, totalizando R\$ 92 milhões para o contrato de dois anos e meio.

— De acordo com a ata da concorrência, vista pela epbr, há pendências em relação à proposta que ainda precisam ser analisadas pela Petrobras. Veja os detalhes

Privatização da Eletrobras. A MP será votada nesta quarta (16/6) no Senado Federal. E as dezenas de emendas apresentadas até o momento são apenas um recorte das negociações em curso envolvendo o governo, o relator Marcos Rogério (DEM/RO) e até mesmo o relator da MP na Câmara, Elmar Nascimento (DEM/BA).

— Se depender deles, o texto da Câmara – com contratação de térmicas, PCHs e Proinfa – será aprovado. O Senado deve alterar outros pontos, como garantir que a indicação de diretores do ONS passe pelo crivo dos senadores.

— Há também um debate sobre o rateio dos recursos: fundos para contemplar a região Sul, por exemplo, que ficou de fora do pacote que passou na Câmara. Há possibilidade de alteração da destinação da renda de Itaipu, na versão atual, utilizada para reduzir o impacto nas contas de energia de consumidores cativos e livres.

O passo-a-passo das negociações, desde o início da tramitação na Câmara dos Deputados, faz parte da cobertura exclusiva do político epbr, serviço da agência epbr para empresas.

O governo está otimista, pois acredita que a negociação atingirá seu principal objetivo: autorizar a privatização da Eletrobras.

— É o mesmo sentimento do mercado de distribuição de gás. As térmicas gerando na base, no interior do país, poderão ser uma solução para expansão da malha de gasodutos de transporte e de novos mercados de distribuição.

— Esta semana, a Abegás publicou uma estimativa de ganhos para os consumidores de energia da ordem de R\$ 8 bilhões, para rebater, junto com o governo, as críticas do setor elétrico...

— ...Que enxerga na MP 1031 uma proposta que irá aumentar custos, criar subsídio cruzado para o setor de gás, além de uma interferência no planejamento e até mesmo a causa de uma futura concentração de mercado de geração de energia, crítica que vale para o texto original.

O relator na Câmara, Elmar Nascimento (DEM/BA), amenizou, nessa terça (15/6), o tom crítico que vinha adotando sobre possíveis mudanças na MP 1031.

— “Quase que a totalidade das emendas dos senadores devem ser aproveitadas tanto aqui quanto ratificadas pela Câmara, por defender o interesse da população brasileira”, afirmou Elmar, em uma coletiva ao lado de Marcos Rogério.

— A mensagem que chegava ao Senado era que a Câmara não aceitaria mudanças bruscas na MP e que teria os votos para derrubar quaisquer propostas dos senadores. Isso, claro, mobiliza a oposição ao texto.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que o reajuste das bandeiras tarifárias deste ano deve ser maior do que previsto inicialmente pela própria agência.

— “Com certeza deve superar isso [o valor inicial]”, comentou durante audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. A decisão deve ser tomada ainda no mês de junho.

— Não representa aumento de tarifa, mas do adicional cobrado pelo sistema de bandeiras tarifárias, criado para antecipar a pressão nos preços da geração para os consumidores e, em tese, estimular um uso mais racional da energia.

— No caso da bandeira vermelha patamar 2, que está em vigor, a agência previa que o valor sairia de R\$ 6,24 para cada 100 kwh consumido para R\$7,57. epbr

Outros destaques da audiência. O diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi, disse que o órgão não trabalha com a possibilidade de racionamento de energia ou falta de luz para este ano.

— “O suprimento de energia está garantido pelas medidas que vêm sendo tomadas tanto pelo ONS quanto por outros órgãos, como a ANA”.

— O aquecimento global e a mudança de uso da terra estão gerando aumento da temperatura, que, por consequência, afetam os períodos de chuva do Brasil, reforçou o coordenador-geral de Ciências da Terra do Inpe, Gilvan Sampaio de Oliveira.

Mais sobre isso em: Luiz Eduardo Barata: transição para uma matriz elétrica de base renovável pode ocorrer na próxima década (epbr)

O ministro Bento Albuquerque passou o dia em busca de apoio dentro e fora do governo para a “MP do Racionamento”, apelido crítico dado à medida no Congresso Nacional. A publicação deve sair após a aprovação da MP da Eletrobras.

— Com a medida, o governo pretende criar a Câmara de Regras Operacionais Excepcionais para Usinas Hidrelétricas (CARE), que pode tomar decisões mandatórias sobre gestão de recursos hídricos e determinar restrições operativas das UHEs.

—Após reunião com Arthur Lira (PP/AL) – que não durou “nem dez minutos”, segundo o próprio presidente da Câmara –, o esforço foi afastar o risco de apagão. O deputado frisou que o governo deve atuar por um “dano controlado” e para evitar “um dano maior”.

— “Não se falou em apagão, falou-se em racionamento, na economia, a gente não manda na chuva. Mas não acredito que tenha apagão, pode ter energia mais cara por causa do uso das térmicas”. MegaWhat

Vale lembrar: o governo prepara um “acionamento voluntário”, isto é, um programa para estimular a redução do consumo de energia em troca de benefícios, como descontos na conta. Grandes clientes levaram uma proposta ao MME: entendem que os ganhos para o sistema devem ser revertidos para os consumidores.

A minuta da MP prevê que apenas ministros terão poder de voto na CARE, que será formada por MME, que a presidirá; Casa Civil; MDR; MMA; e Minfra. Agências e outros órgãos, como Ibama e AGU, participam do grupo.

— O governo avalia revisar o trecho que trata do racionamento compulsório, principal ponto de crítica e alarde desde que o texto começou a circular.

Os preços do petróleo subiram quase 2% nessa terça (15/6), atingindo a máxima em mais de dois anos, pelas expectativas de que a demanda se recuperará rapidamente no segundo semestre de 2021. O Brent avançou 1,6%, a US\$ 73,99 o barril. Durante a sessão, chegou a US\$ 74,07. Reuters

— Do Financial Times: Traders esperam petróleo a US\$ 100 o barril. Valor

IBP contra a flexibilidade das bandeiras dos postos. Em artigo para o Estadão, Valéria Lima, diretora executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), defende reformas para haver preços competitivos, como a mudança no ICMS dos combustíveis. Mas critica o que chama de “soluções mágicas”.

— “(...) há quem defenda a flexibilidade da regra de fidelidade à bandeira, entre postos de serviços e distribuidoras de combustíveis, como capaz de trazer um benefício imediato de 10% nos preços finais nas bombas. Mais que utópico, isso é falacioso”, escreve.

— A fidelidade às bandeiras, que pode permitir a venda simultânea de combustíveis de diferentes distribuidoras em um mesmo posto, está em discussão na ANP.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/06/2021

INDÚSTRIA DIVERGE SOBRE MP DA ELETROBRAS

Por Larissa Fafá - 16 de junho de 2021 - Em Congresso, Mercado de gás, Setor elétrico

BRASÍLIA – Entidades e associações do setor industrial manifestam opiniões divergentes sobre a aprovação da MP 1031, da privatização da Eletrobras.

Nesta quarta (16), no dia previsto para votação do texto no Senado, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) declarou apoio ao texto atual da medida, como foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Em nota, a entidade avalia que as alterações feitas pela Câmara dos Deputados geram controvérsia em relação aos impactos, mas “não retiram a relevância da medida”.

A CNI destaca que a transferência da Eletrobras à iniciativa privada trará vantagens competitivas, maior eficiência no setor elétrico e menor ingerência política na gestão da empresa.

“Segundo estimativa do Ministério da Economia, a contratação de energia das térmicas movidas a gás é fundamental para a recuperação dos reservatórios, já vazios há 8 anos, e garantir a segurança do sistema elétrico”, diz a nota da CNI.

“No mesmo sentido, a obrigação de contratação de energia das pequenas centrais hidrelétricas é necessária para manter o equilíbrio energético, com a vantagem extra de ser uma fonte renovável”, afirma.

O argumento é semelhante ao que vem falando o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. Nas redes sociais, o secretário considerou como “muito bom” o texto final aprovado pelos deputados no mês passado e tem argumentado que a contratação de térmicas não terá impacto tarifário.

Por outro lado, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) avalia que a medida provisória da forma como está pode gerar um prejuízo de R\$ 400 bilhões aos brasileiros, dos quais R\$ 300 bilhões seriam de alta nas contas de luz em 30 anos.

Apenas a contratação de térmicas inflexíveis, como consta na versão atual da MP, pode elevar em R\$ 50 bilhões os custos nas tarifas, segundo a federação.

“É um mercado monopolista. Os brasileiros não podem trocar de companhia em busca de uma melhor oferta”, afirma a Fiesp.

O MME afirmou em nota que a estimativa supera todo o investimento previsto para a cadeia de geração, transmissão e distribuição até o fim da década, “em uma suposta narrativa de aumentos da conta de luz”.

“Inicialmente, ressalta-se que este montante, de R\$ 400 bilhões, representa mais do que a soma de todos os recursos a serem investidos no Setor Elétrico até 2030, estimados em R\$ 365 bilhões, conforme consta do Plano Decenal de Energia (PDE) 2030”, diz o MME em resposta à informação publicada originalmente pela Folha de S. Paulo.

O ministério publicou na semana passada uma estimativa de redução de custos para os consumidores de energia, uma forma de rebater as críticas do setor elétrico e reforçar a defesa da MP 1031.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) aponta, também em comunicado, que é preciso mudanças no texto da medida provisória para que a capitalização da Eletrobras consiga garantir estímulo a novos investimentos privados de forma menos onerosa.

Eles defendem que sejam retirados a previsão de contratação de termelétricas, bem como a inclusão da construção de gasodutos com recursos da CDE.

Pedem também que os recursos que forem destinados a modicidade tarifária possam ser divididos entre mercado cativo e livre, o último onde se encontra maior parte do consumo de energia elétrica da indústria.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/06/2021

SENADO DEVE ALTERAR A MP DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS EM VOTAÇÃO NESTA QUARTA (16)

Por Larissa Fafá - 16 de junho de 2021 - Em Congresso, Mercado de gás, Setor elétrico

BRASÍLIA – A MP da privatização da Eletrobras está na pauta para ser votada nesta quarta (16) no Senado Federal, sem um acordo entre os parlamentares em torno de uma versão final do texto.

A medida deve ser alterada e voltar para a Câmara dos Deputados, possivelmente amanhã (17).

A promulgação da MP 1031, que caduca no dia 22 de junho, é necessária para o governo federal realizar seu plano de capitalização da estatal ainda no primeiro trimestre de 2022.

As dezenas de emendas apresentadas até o momento são apenas um recorte das negociações em curso envolvendo o governo, o relator Marcos Rogério (DEM/RO) e até mesmo o relator da MP na Câmara, Elmar Nascimento (DEM/BA). Rogério ainda não apresentou formalmente seu relatório e deve divulgá-lo apenas horas antes da sessão marcada para às 16h.

Se depender do governo e dos relatores, o texto da Câmara – com contratação de térmicas, PCHs e prorrogação do Proinfra – será aprovado.

O Senado deve alterar outros pontos, como garantir que a indicação de diretores do ONS passe pelo crivo dos senadores.

O debate sobre o rateio dos recursos também é alvo de modificações: pode ser incluído fundo para contemplar a região Sul, por exemplo, que ficou de fora do pacote que passou na Câmara.

Há possibilidade de alteração da destinação da renda de Itaipu, na versão atual, utilizada para reduzir o impacto nas contas de energia de consumidores cativos e livres.

O passo-a-passo das negociações, desde o início da tramitação na Câmara dos Deputados, faz parte da cobertura exclusiva do político epbr, serviço da agência epbr para empresas.

Mesmo com o cenário indefinido, o governo está otimista, pois acredita que a negociação atingirá seu principal objetivo: autorizar a privatização da Eletrobras.

É o mesmo sentimento do mercado de distribuição de gás. As térmicas gerando na base, no interior do país, poderão ser uma solução para expansão da malha de gasodutos de transporte e de novos mercados de distribuição.

Esta semana, a Abegás publicou uma estimativa de ganhos para os consumidores de energia da ordem de R\$ 8 bilhões, para rebater, junto com o governo, as críticas do setor elétrico.

O setor elétrico, contudo, enxerga na MP 1031 uma proposta que irá aumentar custos, criar subsídio cruzado para o setor de gás, além de uma interferência no planejamento e até mesmo a causa de uma futura concentração de mercado de geração de energia, crítica que vale para o texto original.

O relator na Câmara, Elmar Nascimento (DEM/BA), recentemente amenizou o tom crítico que vinha adotando sobre possíveis mudanças na MP 1031.

“Quase que a totalidade das emendas dos senadores devem ser aproveitadas tanto aqui quanto ratificadas pela Câmara, por defender o interesse da população brasileira”, afirmou Elmar, em uma coletiva ao lado de Marcos Rogério.

A mensagem que chegava ao Senado era que a Câmara não aceitaria mudanças significativas na MP e que teria os votos para derrubar quaisquer propostas dos senadores. Isso mobilizou a oposição ao texto.

Trabalhadores da Eletrobras em greve

Os trabalhadores da Eletrobras realizam uma paralisação por 72 horas, com prazo para encerrar na quinta (17), em protesto contra a privatização.

O movimento é organizado pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

A crítica é contra o aumento do valor da energia que será vendida pela Eletrobras e ao controle privado da operação dos grandes reservatórios das hidrelétricas.

“A população não pode ser prejudicada pela nossa luta. Mas é necessário que ela entenda que a soberania nacional está em jogo, que haverá aumentos de preços e é ela que pagará por tudo isso”, afirma Nailor Gato, diretor do CNE, ao Brasil de Fato.

Algumas alterações negociadas no Senado Federal

Indicações para o ONS

Incluir uma emenda para submeter indicações para o Operador Nacional do Sistema (ONS) ao crivo do Senado Federal, por meio de sabatinas e votações, como as que são feitas para as diretorias de agências reguladoras, por exemplo.

O próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), protocolou a proposta.

Alterar o rateio de recursos

A MP prevê despesas para os consumidores – aumento do preço da energia vendida pela Eletrobras privatizada – e ganhos, que vão da destinação de cerca de R\$ 8 bilhões para fundos regionais de revitalização e programas de desenvolvimento nas áreas de influência da estatal.

De forma geral, a negociação envolve mudar o rateio, seja para objetivos regionais ou para transferir recursos e despesas para beneficiar classes de consumidores, no mercado livre e cativo.

Há uma discussão sobre a inclusão de medidas para beneficiar a região Sul, que acabou não contemplada no texto da Câmara.

Considerando o rateio de projetos e recursos, a região Sul acabou desprestigiada.

Na contratação de PCHs há um mecanismo para distribuir a potência por diversos estados e a tendência é que alguns projetos sejam construídos no Paraná. Fora isso, a região perderia aportes de Itaipu com a MP.

Pelo texto aprovado na Câmara, o superávit da usina é transferido para modicidade tarifária, o que desagradou à bancada do Sul, que obviamente se beneficia de obras e investimentos da empresa na região – o próprio governo se gabou da construção de pontes, rodovias e aeroportos na gestão de Silva e Luna em Itaipu.

Para tentar compensar a mudança, o presidente da Comissão de Infraestrutura, Dário Berger (MDB/SC), entrou com uma emenda para garantir a contratação de 2 GW termelétricos a carvão nacional e destina R\$ 2,5 bilhões para a região carbonífera do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Localização das térmicas

Com a mensagem clara do relator Marcos Rogério e, portanto, do governo quanto à manutenção da contratação de térmicas a gás no texto da MP, senadores tentam garantir investimentos para os seus estados, com a definição da localidade das térmicas, hoje feita por região (Nordeste e Norte/Centro-Oeste).

No Senado ou até mesmo na Câmara, iniciativas para desconfigurar a proposta original devem enfrentar resistência. Isto é, será difícil retirar a garantia de contratação de térmicas no Norte e Centro-Oeste, em estados sem suprimento de gás natural.

Destaques da MP da privatização da Eletrobras

Contratação de usinas termelétricas a gás natural, no total de 6 GW, sendo 5 GW no Norte e Centro-Oeste; e 1 GW no Nordeste. Inclui na lei critérios que normalmente são definidos pelo governo – a modalidade de contratação, por leilão de reserva de capacidade, por exemplo.

- Se bem-sucedida, a política provocará investimentos em novas regiões, estimulando até mesmo a construção de “gasodutos estruturantes”. A crítica dos liberais – incluindo o governo – é quanto ao risco de forçar a viabilização de projetos que não seriam competitivos sem esse estímulo adicional.
- Os freios: usinas deverão respeitar o preço-teto do leilão A-6 (energia nova) de 2019, de R\$ 292 por MWh, atualizado até a realização da nova concorrência.

Prorrogação dos contratos do Proinfa por 20 anos. O programa foi criado em 2004 para estimular as energias renováveis (PCHs, biomassa e eólicas).

- É bancado pela CDE, a conta do setor elétrico paga pelos consumidores que financiam as políticas setoriais; o fundo dos subsídios, que o governo vem passo-a-passo tentando reduzir.
- Inclui a antecipação de cotas para as PCHs. Até a fonte atingir 2 GW em leilões regulados para o mercado cativo, metade da demanda declarada das distribuidoras será atendida por essas PCHs; depois, o piso cai para 40% nos leilões realizados até 2026.
- Há também critérios locacionais. Preferência para estados de acordo com a potência habilitada nos leilões, até o limite de 25% da capacidade. Na prática, fica assim: as regiões de maior potencial são privilegiadas, mas o teto de 25% impede que um estado concentre todos os projetos. Benefício especialmente para Centro-Oeste e para o Paraná.

- Os freios: novamente, deverá respeitar o preço-teto do A-6 de 2019, de R\$ 285 por MWh, a ser atualizado. Vale para as usinas beneficiadas pelo Proinfa, que contará também com a mudança no indexador de reajuste dos valores repassados para o programa, do IGPM para o IPCA. O IGPM, mais sensível ao câmbio, disparou de 2020 para cá.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/06/2021

GM VAI FORNECER BATERIAS E CÉLULAS DE HIDROGÊNIO PARA LOCOMOTIVAS

Por Gabriel Chiappini - 16 de junho de 2021 - Em Transição energética

A General Motors anunciou nesta terça (15) que vai fornecer de tecnologias de baterias e células de combustível de hidrogênio para locomotivas elétricas da Wabtec — maior empresa global de equipamentos para o setor ferroviário e responsável pelo transporte de cerca de um quinto da carga ferroviária mundial.

As duas companhias assinaram um memorando de entendimento.

“Nosso compromisso com a eletrificação inclui a construção e venda de veículos com emissão zero e também a comercialização de nossa tecnologia para que outros possam aprimorar seus esforços em direção à descarbonização”, disse o CEO da GM, Mark Reuss.

Em janeiro, a GM também anunciou uma parceria com a fabricante de motores Navistar para desenvolver sistemas de célula de combustível de hidrogênio para caminhões pesados.

“Estamos aproveitando nossas tecnologias net zero para entrar em novos mercados, incluindo ferrovias, caminhões pesados e muito mais”, afirmou o executivo.

As baterias serão produzidas por uma joint venture entre a GM e a LG Energy, e os cubos de energia de célula de combustível de hidrogênio serão fabricados em uma joint venture com a Honda, com quem a GM já desenvolve novas tecnologias de hidrogênio.

Locomotivas elétricas

As tecnologias vão movimentar locomotivas elétricas da Wabtec. A primeira delas, equipada com 18 mil células de bateria de íon-lítio, foi lançada no mês passado.

Depois de um teste piloto por três meses, a locomotiva permitiu uma redução média de mais de 11% no consumo de combustível fóssil, segundo a companhia ferroviária.

Com isso, mais de 6,2 mil galões de diesel foram economizados evitando a emissão de aproximadamente 69 toneladas de emissões de CO2.

“A indústria ferroviária está à beira de uma transformação sustentável com a introdução de baterias e hidrogênio para alimentar frotas de locomotivas”, afirmou Rafael Santana, CEO da Wabtec.

“Nossa locomotiva FLXdrive, a primeira locomotiva 100% movida a bateria do mundo, provou seu potencial para reduzir as emissões de carbono em até 30% (...) Mas não podemos parar por aí”, concluiu.

No Brasil, a Vale também está fazendo testes com uma locomotiva 100% elétrica.

Resultado de uma parceria com a Progress Rail, o equipamento está rodando na Estrada de Ferro Vitória-Minas, ferrovia operada pela mineradora.

Há também projetos para eletrificação de caminhões usados em minas. Uma chamada global da BHP, Vale e Rio Tinto quer atrair empreendedores e startups e desenvolver soluções para substituir o diesel por baterias.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/06/2021

EXCELERATE ENERGY FAZ A ÚNICA PROPOSTA POR TERMINAL DE GNL DA BAHIA

Por epbr - 15 de junho de 2021 - Em Mercado de gás, Setor elétrico

A Excelerate Energy foi a única empresa a entregar proposta para arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia, na segunda licitação aberta pela Petrobras.

Essas informações foram antecipadas aos assinantes do político epbr, serviço exclusivo para empresas da agência epbr

A empresa ofereceu pouco mais de R\$ 3 milhões de pagamento mensal, totalizando R\$ 92 milhões para o contrato de dois anos e meio.

No questionário de due diligence (auditoria) de integridade entregue pela Excelerate Energy, contudo, há respostas que não puderam ser visualizadas pela equipe de licitação da Petrobras, restando ao menos esta pendência para a conclusão do negócio.

“A representante da Excelerate Energy se comprometeu a disponibilizar o formulário”, diz a ata da licitação, vista pela epbr.

A ata também indica que a planilha de preços apresentada pela empresa contém uma condicionante, o que não é aceito pelo edital.

“A Petrobras avaliará as informações apresentadas e se posicionará através de circular”, conclui a ata da licitação.

A Excelerate Energy, sediada nos Texas (EUA), fornece e opera unidades flutuantes de regaseificação de GNL. No Brasil, têm um contrato de afretamento com a Petrobras para a FRSU Experience, instalada no terminal da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Atualmente, o terminal de GNL da Bahia (TR-BA) tem capacidade autorizada para regaseificar 20 milhões m³/dia de gás natural. Localizado na Baía de Todos os Santos, em Salvador, está conectado à malha de transporte de gás natural.

O arrendamento inclui equipamentos para geração e suprimento de energia elétrica localizados no Terminal Aquaviário de Madre de Deus (TEMADRE), integrantes do TR-BA.

Diversas empresas foram pré-qualificadas para a concorrência:

- Gás Natural do Brasil S.A
- Bahiagás
- Excelerate Energy L.P
- Compass Gás e Energia
- Repsol LNG Holding
- BP Energy do Brasil
- Total Gás & Eletricidade do Brasil
- Eneva
- Shell Brasil Petróleo e Shell Energy do Brasil Gás
- Excelerate Energy Comercializadora de Gás Natural
- CH4 Energia

Primeira licitação foi cancelada

Esta é a segunda vez que a Petrobras licita o arrendamento do TR-BA. Ano passado, a concorrência também terminou com apenas uma proposta, da Golar Power Comercializadora, que acabou desclassificada.

A Golar Power ofereceu R\$ 130 milhões pelo arrendamento do terminal de GNL da Bahia, mas a Petrobras atribuiu à empresa um alto grau de risco de integridade (GRI).

A decisão foi tomada após o então presidente da Golar Power, Eduardo Antonello, ter sido alvo de uma operação da Lava Jato, por conta de sua atuação no passado na Seadrill, empresa de sondas de perfuração.

A investigação apura irregularidades em contratos de sondas de águas profundas fechados com a Petrobras.

De lá para cá, a Hygo Energy, antiga controladora da Golar Power no Brasil, foi vendida para New Energy Fortress (NEF), empresa dos EUA que assumiu a operação de GNL no Brasil em um negócio de US\$ 5 bilhões.

GNL é central no controle da crise energética

Diante das restrições na capacidade de fornecimento de energia pelas hidrelétricas, o governo federal está tomando medidas para garantir o despacho termelétrico e poupar a energia armazenada nos reservatórios.

Neste contexto de crise energética, a importação de GNL é fundamental para garantir o combustível para as térmicas, tanto que a Petrobras está ampliando a capacidade de importação por outro terminal, o do Rio de Janeiro.

A companhia vai elevar a capacidade máxima de importação no terminal, de 20 milhões para 30 milhões de m³/dia.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Saboia, garantiu nesta terça (15) que não há risco de desabastecimento.

Uma preocupação do mercado é com a parada para manutenção da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos. Ela serve como hub para transferência do gás natural do Rota 1, que conecta campos do pré-sal à Caraguatatuba (SP), com capacidade para 10 milhões de m³/dia.

“A Petrobras já tem um plano para mitigar essa deficiência de fornecimento por intermédio de gás natural liquefeito importado por navios. O cenário que entrevemos hoje é que não haverá essa falta [de combustível]”, afirmou Saboia em audiência na Câmara dos Deputados.

A manutenção da plataforma de Mexilhão deve durar 30 dias, a partir de 15 de agosto.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/06/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

STF MARCA JULGAMENTO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

Ação do PSOL que pede reconhecimento de omissão do Congresso foi incluída no plenário virtual a pedido do ministro Marco Aurélio Mello

Por Mariana Muniz

Brasília — O Supremo Tribunal Federal (STF) vai começar a julgar, no próximo dia 25, a ação apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que pede o reconhecimento da omissão do Congresso Nacional em regulamentar o imposto sobre grandes fortunas.

O caso foi pautado após a liberação do caso, nesta quarta-feira, pelo ministro Marco Aurélio Mello, relator da ação proposta pelo partido. O decano, que se aposenta do Supremo em 5 de julho, será o primeiro a votar. O julgamento, porém, só terminará em 2 de agosto, em razão do recesso do Judiciário.



Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal Foto: Evaristo Sa / AFP

Bilionários: O que Warren Buffett, Jeff Bezos e Elon Musk têm em comum além dos bilhões? Pagam pouco ou nada em imposto de renda

"A crise é aguda. Sem qualquer previsão de o Tribunal voltar às sessões presenciais, há de viabilizar-se, em ambiente colegiado, a jurisdição", disse o ministro no despacho dirigido à presidência em que solicitou a inclusão do

processo na pauta.

ENTENDA O NÓ DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

Sistema complexo

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir a comissão mista da reforma tributária significa, na prática, uma volta dos debates à estaca zero. A principal proposta é a unificação dos impostos. Mas entrar em um acordo sobre como ela será feita é tão complexo quanto o próprio sistema tributário brasileiro. Estados e municípios temem perder uma fatia de suas arrecadações e são muitos os impostos.

Emaranhado de impostos

O Brasil tem, pelo menos, cinco tributos embutidos nos preços de bens e serviços: três cobrados pela União (IPI, PIS e Cofins), um dos estados (ICMS) e um dos municípios (ISS). Só o ICMS tem 27 formatos diferentes, um para cada estado e o DF. Ou seja, para vender em outros estados, o empresário tem que pagar e conhecer os diferentes tributos.

Custo alto

Além da quantidade de tributos, o custo é alto. Um exemplo é a tributação geral de medicamentos, uma das maiores do mundo, em torno de 33%. Em países desenvolvidos é de cerca de 6%. Outro item essencial com carga tributária elevada, por exemplo, é o absorvente íntimo: 27% só de imposto.

Classificação

A classificação é outro problema recorrente. É perfume ou água de colônia? A alíquota da fórmula concentrada é 42%. Já a da fragrância mais leve, de 12%. "Uma grande diferença", segundo o especialista em direito tributário e da FGV, Gabriel Quintanilha.

Burocracia sem fim

O Brasil é o país em que as empresas gastam o maior número de horas com a burocracia dos impostos, segundo um relatório do Banco Mundial que avalia 190 países. Uma empresa brasileira gasta, em média, 1.501 horas por ano cuidando de obrigações relacionadas a tributos. É cinco vezes a média gasta pelos países de América Latina e Caribe.

Efeito cascata

facilitar erros. Segundo a Endeavor, 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus tributos. Estas lacunas muitas vezes são por desconhecimento das muitas regras. Mesmo assim, podem gerar multas e despesas altas.

No plenário virtual, os ministros depositam seus votos sem que haja debate em tempo real sobre as teses. Caso algum outro ministro peça vista ou destaque do processo, o julgamento será suspenso ou levado para a sessão do plenário telepresencial, em que os ministros proferem seus votos oralmente.

Impostômetro: Brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos somente este ano

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 16/06/2021

COM PRESSÃO DA INFLAÇÃO, BANCO CENTRAL SOBE TAXA BÁSICA DE JUROS PARA 4,25%

Copom sobe Selic pela terceira vez seguida e sinaliza outra alta de 0,75 pontos percentuais para a próxima reunião

Por *Gabriel Shinohara*

BRASÍLIA — O Banco Central subiu a taxa básica de juros, a Selic, de 3,5% para 4,25% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) finalizada nesta quarta-feira. O aumento já tinha sido sinalizado e era amplamente esperado pelo mercado financeiro.

A alta de 0,75 pontos percentuais (p.p) é a terceira seguida na Selic, depois de atingir a mínima histórica de 2% no ano passado.

No comunicado desta quarta-feira, o BC ainda sinalizou outra alta de 0,75 p.p na próxima reunião, mas ressaltou que uma piora das expectativas de inflação pode exigir altas maiores.

Ainda no comunicado, o Copom afirmou que deve levar os juros até um patamar considerado neutro. Para os economistas, uma taxa neutra está em torno de 6% a 6,5%.

Essa é uma mudança em relação aos comunicados anteriores, quando o Copom afirmava que faria um ajuste parcial de juros. Ou seja, o Copom está sinalizando por uma alta mais intensa de juros nos próximos meses.

"Esse ajuste é necessário para mitigar a disseminação dos atuais choques temporários sobre a inflação. O Comitê enfatiza, novamente, que não há compromisso com essa posição e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação", diz o comunicado.

O principal objetivo do Banco Central é atingir a meta de inflação e o instrumento para isso é a taxa Selic. Ao aumentar os juros, o crédito tende a diminuir, assim como o consumo, o que diminui a inflação. No entanto, esse efeito tende a demorar de seis a nove meses para chegar na economia real.

Inflação

A trajetória de alta registrada neste ano é um reflexo do aumento da preocupação do Banco Central com a inflação. Os preços vêm subindo além das expectativas do início do ano por conta de diferentes choques, como a alta nos preços de commodities e a crise energética.

Em maio, a inflação registrou a maior alta para o mês em 25 anos e bateu 8,06% nos últimos 12 meses, acima do teto da meta. Para 2021, a meta é de 3,75%, com intervalo de tolerância entre 2,25% e 5,25%.

Diferente dos comunicados anteriores, quando a avaliação do Copom era de que a alta na inflação era temporária, o comunicado divulgado nesta quarta-feira ressaltou que a persistência da pressão inflacionária é maior do que a esperada, principalmente sobre os bens industriais.

"Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do Real", aponta o Copom.

A expectativa do mercado é que a inflação caia no restante do ano, mas ainda assim fique acima da meta. De acordo com o relatório Focus, o índice deve finalizar 2021 em 5,82%.

“Acho que ele (BC) adotou um tom mais duro de política monetária para ancorar as expectativas do ano que vem que estavam começando a subir aos pouco”

GUILHERME LOUREIRO

Economista-chefe da Trafalgar Investimentos

O cenário econômico básico do Copom aponta para uma inflação em 5,8% para este ano, acima do teto da meta, e de 3,5% para 2022. Já a Selic fecharia 2021 em 6,25% e subiria para 6,5% no próximo ano.

Para o próximo ano, a meta da inflação é de 3,5% ao ano e o mercado já está projetando índices um pouco acima, em 3,8% ao ano. Já para a Selic, a expectativa é a mesma do Copom.

Guilherme Loureiro, economista-chefe da Trafalgar Investimentos, avalia que a linguagem utilizada pelo Banco Central foi positiva para controlar as expectativas de inflação para 2022.

— No Brasil todos os fatores jogam nessa direção de uma linguagem um pouco mais dura, atividade é mais forte, persistência maior de inflação, risco novo no radar crise hídrica, expectativa de inflação acima da meta. Nesse aspecto, acho que ele adotou um tom mais duro de política monetária para ancorar as expectativas do ano que vem que estavam começando a subir aos poucos — disse.

Atividade

Na avaliação do Copom, a atividade econômica vem surpreendendo positivamente mesmo com a intensidade da segunda onda da Covid-19 e os riscos para recuperação "reduziram-se significativamente".

O Comitê também ressaltou uma "recuperação robusta" em países desenvolvidos que devem manter os juros baixos por mais tempo. Essa situação pode causar uma incerteza elevada para países emergentes por conta de questionamentos sobre os riscos inflacionários.

Sobre esses riscos, o Copom entende que é possível que a inflação fique abaixo do cenário básico se houver uma reversão do aumento do preço das commodities, mas que o risco fiscal continua sendo muito relevante para que os índices de preços fiquem acima do esperado.

"O Copom reitera que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia", ressaltou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/06/2021

MP DA ELETROBRAS: RELATOR ACEITA 19 EMENDAS E INCLUI INCENTIVO PARA TÉRMICA A CARVÃO

Governo não tem segurança de que texto será aprovado

Por Manoel Ventura



O senador Marcos Rogério (DEM-RO) Foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

BRASÍLIA — O senador Marcos Rogério (DEM-RO) apresentou nesta quarta-feira o relatório para a medida provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras e fez uma série de modificações no texto. Entre as medidas, está a manutenção de incentivos para térmica a carvão. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que a votação deve ficar para a quinta-feira.

O governo corre contra o tempo para tentar aprovar a MP até a próxima terça-feira, quando a medida perde validade. Apesar do texto apresentado, o governo não tem segurança de que a MP será aprovada.

Mesmo assim, deve insistir na votação que, nas palavras de um integrante do governo, será disputada voto a voto.

Para tentar vencer resistências do plenário, o senador acatou 19 emendas de senadores e voltou a afirmar que fez as mudanças em "alinhamento" com o relator na Câmara.

A contratação de 6 mil megawatts (MW) de termelétricas a gás natural de maneira compulsória em regiões sem o fornecimento do combustível é o principal ponto alvo de críticas do setor elétrico.

Agora, o governo só poderá privatizar a Eletrobras após contratar as usinas. Isso, na prática, é mais uma dificuldade para a privatização.

O relatório coloca ainda mais exigências para a contratação das termelétricas. Ele determina a contratação de 1.000 megawatts (MW) na região Nordeste em capitais que não possuam ponto suprimento de gás natural; 2.500 MW na região Norte "onde seja viável" a utilização das reservas provadas da Região Amazônica, garantindo pelo menos o suprimento à duas capitais que não possuam ponto suprimento de gás; 1.750 MW também onde não há o suprimento; e mais 750 MW na região do Triângulo Mineiro.

O texto mantém a necessidade de contratar 2 mil MW de energia de pequenas centrais hidrelétricas.

Incentivos para carvão

Além disso, o relatório de Marcos Rogério estende até 2035 um programa de subsídios para a geração de energia elétrica por usinas termelétricas movidas a carvão mineral. As termelétricas a carvão são as mais poluentes de todo o sistema e estão sendo abandonadas em todo o planeta.

O União pela Energia, grupo formado por 45 associações do setor produtivo, diz que o relatório invade o espaço do planejamento setorial e amplia o risco de investimentos no setor por sinalizar grande instabilidade para investimentos de capital intensivos e de longo prazo, assim como a governança da operação do setor elétrico.

"Novos subsídios são criados ou prorrogados, como a prorrogação do incentivo ao carvão, em um cenário onde o mundo fala em descarbonização, entre outros", diz a nota, acrescentando: "Ou seja, o relatório piora o que já era ruim e prevê novos custos aos consumidores brasileiros. Nosso entendimento segue pela rejeição dos velhos e dos novos jabutis. Clamamos aos senadores que retomem o texto original da MP".

Precisamos garantir que o planejamento energético faça as escolhas técnicas, que darão conforto aos brasileiros e competitividade ao País, com base no nosso extraordinário potencial de energia renovável, evitando repetir os movimentos que fizeram do Brasil o País da energia barata e da conta cara.

O texto proíbe mudanças nas sedes da Eletrobras num prazo de 10 anos após a privatização. A Eletrobras também deverá realocar toda e qualquer população que esteja morando abaixo de linhas de transmissão de grande capacidade.

O modelo de privatização prevê a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado, resultando na redução da fatia da União, de cerca de 60%, para menos de 50%. A previsão é que a capitalização da empresa levante mais de R\$ 60 bilhões.

Mas o relatório muda a destinação de parte desse dinheiro. Metade será destinada para reduzir as contas de luz. Além disso, haverá destinação de R\$ 8,75 bilhões para revitalização de bacias hidrográficas do Rio São Francisco, de Furnas, do Rio Parnaíba e da região da Amazônia Legal.

Também será necessário destinar recursos para a operação da transposição do Rio São Francisco.

Pelo texto, empregados da Eletrobras que forem demitidos nos 12 meses subsequentes à privatização poderão ser realocados em outras estatais.

Mudanças no setor elétrico

O relatório ainda muda de maneira significativa a forma como a energia elétrica poderá ser contratada pelo consumidor. O texto diz que, a partir de 1º de julho de 2026, todos os consumidores poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizados de energia elétrica do sistema Interligado Nacional.

Na prática, todo consumidor poderá ser um consumidor livre, comprando energia de quem desejar.

O texto ainda determina que o governo faça um programa, em 12 meses, de recuperação dos reservatórios das hidrelétricas.

Marcos Rogério ainda coloca no texto uma forma de garantir o fornecimento de energia mais barato para a indústria da Região Norte e uma indenização de R\$ 260,4 milhões ao governo do Piauí pela privatização da sua distribuidora de energia.

Pelo texto, a indicação dos diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisará passar pelo Senado, mesmo o órgão sendo uma entidade de direito privado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/06/2021

REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATOR DEFENDE INCLUSÃO DE JUÍZES E PARLAMENTARES E REVER MUDANÇAS EM CARGOS COMISSIONADOS

Arthur Maia diz que todas as categorias devem estar na proposta. Cronograma de trabalho deve sofrer ajustes, mas discussão do relatório fica para agosto

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA – O relator da reforma administrativa na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Arthur Maia (DEM-BA), defendeu a inclusão de todas as categorias na proposta. Para ele, os membros de Poder – juízes, integrantes do Ministério Público e parlamentares – e militares das Forças Armadas devem estar na reforma.



Sales/Câmara dos Deputados

Ele ainda apontou a discussão sobre a ampliação dos cargos em comissão e funções de confiança como um tema sensível e um “equivoco”, que deve ser coibido pelos deputados.

Deputado Arthur Maia (DEM-BA) é o relator da reforma administrativa na comissão especial da Câmara Foto: Gustavo

O cronograma de trabalho apresentado por Maia deve passar por modificações, para incluir sugestões de outros deputados e a realização de um debate com o ministro da Economia, Paulo Guedes. A tendência é de que a apresentação e discussão do relatório se iniciem na segunda quinzena de agosto.

— Minha opinião como relator é que todos sejam incluídos na reforma administrativa, inclusive nós deputados – declarou Arthur Maia durante sessão da Comissão Especial nesta quarta-feira.

O deputado falou que a inclusão dos membros de poder é o tema que tem sido mais levado até ele:

— De certa forma, até as pessoas que estão incluídas na PEC se sentem prejudicadas pela não inclusão dessas categorias, que seriam o regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos tribunais de contas, dos titulares de mandatos eletivos e dos militares. Esse é um tema que teremos que enfrentar aqui.

Um levantamento do economista Daniel Duque, líder da área de inteligência técnica do Centro de Liderança Pública (CLP), feito a pedido do GLOBO, mostrou que a inclusão de parlamentares, procuradores, magistrados e militares na reestruturação de carreiras públicas prevista na reforma administrativa poderia gerar economia de R\$ 31,4 bilhões aos cofres públicos em dez anos.

Maia também demonstrou preocupação com a cargos em comissão e função de confiança. A proposta de PEC enviada pelo governo estabelece que “cargos de liderança e assessoramento” poderão ser preenchidos por processo de seleção simplificado e uma pequena parcela será de livre nomeação.

— Me parece que há uma tentativa na PEC de fazer uma grande ampliação dos cargos em comissão. Me parece um equívoco muito grave e nós temos que coibir – afirmou.

Maia apresentou um cronograma inicial de 12 audiências públicas, entre 22 de junho e 12 de agosto, para discussão de temas relativos à reforma, como os membros de Poder, estabilidade no serviço público e carreiras típicas de estado.

Deputados sugeriram mais temas, que levariam a realização de outras nove audiências públicas. Além disso, o líder do governo na Casa, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que já está negociando com o ministro da Economia, Paulo Guedes, uma data para ele comparecer à comissão.

— Já estou negociando aqui por telefone a data do ministro Paulo Guedes. Ele virá na semana que vem, senão no máximo na próxima semana se a sua agenda não estiver de acordo – informou Barros.

O cronograma de trabalho final deve ser apresentado aos deputados na próxima segunda-feira. Somente após a realização de todas as audiências é que devem se iniciar as discussões sobre o relatório.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/06/2021

EQUIPE DE GUEDES FAZ OFENSIVA POR PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E DISPARA MENSAGENS A SENADORES

Texto diz que estatal "dá espaço para que pessoas sem caráter deem e rolem na empresa no futuro"

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA — A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, lançou uma ofensiva junto aos senadores em busca de apoio à medida provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras. A

MP deve ser votada nesta quarta-feira pelo Senado, mas ainda não há acordo quanto ao conteúdo do texto.

Sem acordo, segundo uma fonte ligada ao processo, o resultado será disputado voto a voto. A proposta precisa ser votada até o dia 22, próxima terça-feira, para não perder a validade. Mas a determinação para a contratação de termelétricas determinada pelo texto aprovado na Câmara criou resistências à medida no Senado.



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Washington Costa / Ministério da Economia

Em mensagem disparada a senadores, a qual o GLOBO teve acesso, a equipe de Guedes diz que algumas informações e números divulgados sobre a MP estão incorretos, “distorcem o debate no Senado” e podem levar vários senadores “a conclusões erradas sobre o tema”.

A equipe do ministro diz que a Eletrobras pública é “ineficiente, sem capacidade de investimento e que, além de tudo, distorce o mercado de energia brasileiro, dando espaço para que pessoas sem caráter deitem e rolem na empresa no futuro, como infelizmente já foi feito no passado”.

Energia de termelétricas

O ponto mais criticado é a determinação de contratação de 6 mil megawatts (MW) de energia gerada por termelétricas a gás natural nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Críticos da medida dizem que ela irá gerar um custo de R\$ 40 bilhões aos consumidores.

Na mensagem, os técnicos do Ministério da Economia dizem que a medida terá mais benefícios que custos. Afirmam que não haverá aumento na conta de luz porque o país já paga R\$ 12 bilhões por ano para 2 mil MW de térmicas a óleo. Ou seja, na visão do governo, será possível gerar o triplo da energia pelo mesmo preço.

Os técnicos da equipe de Guedes dizem que isso será fundamental para recuperar os reservatórios das hidrelétricas e que “o lobby contra as térmicas foi justamente o que nos trouxe a essa situação de potencial racionamento”.

Outro ponto polêmico trazido pela Câmara é a determinação de contratar 2 mil MW de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). O governo defende a medida como uma forma de gerar uma energia de maneira permanente e diz haver projetos no país para suportar a determinação.

Por último, defendem a destinação do lucro de Itaipu (a partir de 2023) para abater encargos na conta de luz. Esse lucro será possível após o fim da amortização do financiamento de construção da usina.

Veja 4 pontos que travam a negociação

Contratação de termelétricas

O texto aprovado pela Câmara determina a contratação de 6 mil megawatts (MW) de energia gerada por termelétricas a gás natural no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Entidades do setor elétrico se manifestaram contra a obrigação, com o argumento de possíveis impactos nas tarifas. A situação gerou um impasse até entre senadores pró-privatização.

Pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)

A proposta aprovada na Câmara determina ainda a contratação de 2 mil MW de energia de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), em qualquer região do país, o que também tem gerado críticas. O governo defende a contratação das termelétricas e das PCHs. Mas as discussões sobre o assunto geraram resistências no Senado.

Corrida contra o tempo para não perder validade

Por se tratar de uma medida provisória, as regras da privatização da Eletrobras já estão em vigor. Mas precisam ser confirmadas pelo Congresso até o próximo dia 22 para não perder a validade. Caso o Senado aprove mudanças na MP, ela terá de voltar para análise da Câmara, o que pode ocorrer ainda nesta semana.

Mudanças no Lago de Furnas

Uma das medidas tomadas contra a crise hídrica é a gestão dos reservatórios das hidrelétricas, com a redução do uso da água para fins que não sejam a geração de energia. Uma das barragens afetadas é o Lago de Furnas, em Minas Gerais, o que irrita principalmente o presidente do Senado, que tem na região sua base eleitoral.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/06/2021

SEM PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS, HAVERÁ 'CAOS NO SISTEMA ENERGÉTICO', DIZ BOLSONARO

Presidente afirma a apoiadores que 'quase tudo que é público é levado para a corrupção'. MP que libera venda da estatal tem que ser votada até dia 22

Por Daniel Gullino



O presidente Jair Bolsonaro participa de cerimônia no Palácio do Planalto Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo/15-06-2021

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro defendeu nesta quarta-feira a privatização da Eletrobras. Ele disse que "quase tudo que é público é levado para a corrupção" e que sem a privatização da empresa haverá um "caos no sistema energético" do Brasil.

Uma medida provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras precisa ser votada até semana que vem no Senado, mas ainda não há um acordo e existe a possibilidade de o projeto perder a validade.

A declaração de Bolsonaro foi feita em conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada, quando um homem o questionou sobre a estatal. O presidente disse inicialmente que não discutiria o assunto:

— Não vou discutir, não. Está no Senado. Tudo que é público...Quase tudo que é público...Não vou discutir contigo. Não vim discutir com ninguém aqui. Agora, quase tudo que é público é levado para a corrupção. Olha como eram as estatais no passado.

O homem, então, perguntou se haverá aumento de preços, e Bolsonaro respondeu o chamando de "sindicalista":

— Você sabe o imposto que é pago, na sua cidade, de luz? Se não sabe, não discuta comigo. Eu sei que você é sindicalista, (mas) esse discurso não vou aceitar discutir aqui, sobre privatização. Se não privatizar, acaba. Vamos ter um caos no sistema energético no Brasil.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/06/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

'PREÇO DE COMMODITIES VAI INFLACIONAR O MERCADO DE CARROS', DIZ PRESIDENTE DE DONA DA FIAT E PEUGEOT

Para Antonio Filosa, executivo que lidera na América Latina a Stellantis, empresa que também controla a Jeep e a Citroën, o Brasil precisa planejar já o futuro da economia no pós-covid

Por Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

Entrevista com



Antonio Filosa, presidente da Stellantis na América Latina

Recuperação de empregos só será possível com fortalecimento da indústria, avalia Filosa Foto: Leo Lara/Stellantis

Presidente do maior grupo automotivo da América Latina, Antonio Filosa diz que o País precisa planejar a retomada do desenvolvimento econômico para desenhar o Brasil do pós-pandemia. Para ele, o maior desafio será a recuperação de empregos. “Isto só será possível a partir do fortalecimento da

indústria e do setor de serviços.”

Além da pandemia e da falta de semicondutores que tem paralisado várias fábricas, o executivo vê com grande preocupação o movimento inflacionário, em especial das commodities usadas pelo setor (aço, resinas, alumínio), que tem ajudado a puxar a constante alta dos preços dos automóveis. “Infelizmente teremos uma oferta mais inflacionada do que gostaríamos”, diz.

Italiano de 48 anos, casado com brasileira e pai de duas crianças nascidas no País, Filosa assumiu em janeiro o comando na região da Stellantis, empresa que reúne Fiat, Chrysler/Jeep, Peugeot e Citroën. O grupo detém 30% das vendas totais de automóveis e comerciais leves do mercado brasileiro e 23% do latino-americano.

Com o crescimento de 1,2% do PIB no 1º trimestre, é possível dizer que a retomada econômica está no caminho certo?

Os dados refletem uma condição muito típica do Brasil, que tem grande capacidade de recuperar sua economia por uma série de condições estruturais. Uma delas é que é um país jovem, onde a classe produtiva é maior que a não produtiva (aposentados). De um lado isso gera resiliência nos períodos difíceis, mas gera impulso na hora da retomada. O fato de ser um país jovem, altamente produtivo em vários setores como mineração, agricultura, pecuária, indústria e serviços, faz o Brasil ter vantagem competitiva em relação a outros países. À medida que a vacinação aumentar, a economia vai voltar até em patamares maiores do que os analistas esperavam. Isso vai gerar uma dinâmica de maior emprego e maior consumo, mas com alguns riscos, por exemplo associados à inflação.

O que precisa para que o crescimento seja consistente?

Ainda vamos ter um ciclo de grande demanda de commodities e isso vai beneficiar o crescimento econômico do Brasil. Internamente, a vacinação precisa aumentar e chegar a percentuais parecidos aos dos EUA e da Inglaterra. Além disso, precisamos que as instituições elaborem um programa de competitividade da indústria e de previsibilidade do ambiente econômico, que passa pelas reformas tributária e administrativa.

Que avaliação o sr. faz da política econômica?

Temos de considerar que vivemos um momento excepcional, marcado por uma pandemia que afetou duramente a saúde pública, a economia, a mobilidade e a vida das pessoas. Isto gerou um cenário de restrições que persiste. Precisamos continuar a administrar a pandemia, com todos os cuidados e protocolos que sua gravidade exige, mas é importante olharmos para o futuro. É preciso planejar a retomada do desenvolvimento econômico para desenhar o Brasil que pretendemos ser no pós-pandemia.

Quais são os maiores desafios?

O maior de todos é criar mais de 14 milhões de empregos, a fim de eliminar a alta taxa de desemprego. Isto só será possível a partir do fortalecimento da indústria e do setor de serviços, uma vez que o setor primário, apesar da importância e excelência do agronegócio e da mineração, não será capaz de abrir tais postos de trabalho ou alavancar as cadeias produtivas que estão retraídas. O desenvolvimento industrial deve ser baseado em inovação e aporte tecnológico e apoiado por investimentos em infraestrutura para reduzir os gaps competitivos da estrutura produtiva nacional frente aos principais competidores internacionais. As reformas estruturais, principalmente uma reforma tributária ampla, têm papel estratégico de orientar o desenvolvimento do setor produtivo. Um claro modelo de desenvolvimento somado a segurança jurídica e previsibilidade tem o poder de atrair novos investimentos e apontar o caminho do desenvolvimento sustentável.

A CPI que investiga a atuação do governo Bolsonaro na pandemia pode atrasar ações da empresa no País?

O Brasil sempre foi estrategicamente importante para nós, no Brasil e na América Latina. Tudo que acontece a nível social, político e econômico é monitorado. Temos planos de investimento para a região, acabamos de inaugurar uma fábrica de motores turbo, lançamos as novas Strada, Toro e Compass e ainda temos para o ano o lançamento do primeiro SUV da Fiat e do terceiro da Jeep, além de tecnologias de motores e uma plataforma de serviços conectados transversal. Nossa indústria é relacionada a ciclos de investimento de longo prazo e para isso sempre observamos o desenvolvimento do mercado também a longo prazo. Mas é claro que qualquer movimento de maior volatilidade política ou social cria apreensão.

Um eventual impeachment pode levar o grupo a rever projetos?

Checamos sobretudo o aspecto econômico de cada mercado em que atuamos. Por exemplo, se entrarmos em um período de hiperinflação, como o que ocorreu recentemente na Turquia e na Argentina, claro que gera preocupações. E se entrarmos em um período de queda contínua do mercado, associada ao grande desemprego, também gera preocupação e a necessidade de refletir. Lá atrás, quando tivemos o primeiro impeachment, a empresa não parou. Sofremos as consequências de uma desaceleração da economia, mas continuamos firmes no plano Brasil. Toda vez que existe grande volatilidade, de qualquer natureza, precisamos avaliar e verificar se nosso plano precisa ou não de correções.

A inflação preocupa a indústria?

A inflação de materiais diretos é, de fato, uma preocupação para todo o setor automotivo. É um fator que afeta a eficiência e competitividade e consome uma energia enorme ao exigir que equipes cada vez maiores se dediquem a negociar preços com fornecedores e a buscar alternativas para mitigar o impacto direto sobre os custos. A inflação é muito severa para todas as commodities que o setor usa como aço, resinas, alumínio e materiais nobres – algumas aumentaram até 120% em relação a dois anos atrás. Trabalhamos em produtividade, na otimização de processos e tentamos cortar custos o máximo possível. Não é possível repassar toda a inflação de custos para o consumidor. Mas, assim como as commodities estarão inflacionadas, o mercado dos carros será inflacionado. Isso já é visível e continuará pois também tem a inflação do câmbio. Infelizmente teremos uma oferta mais inflacionada do que gostaríamos.

Os automóveis já estão caros e estão chegando ao mercado modelos mais premium, enquanto os mais baratos saem de linha. Não vai mais ter 'carro popular'?

A mudança da oferta das montadoras depende do que o mercado quer. Vemos que o consumidor quer mais SUVs, mais picapes e tudo isso é custo, porque tem mais tecnologia. Também tem o fator

regulatório que, corretamente, requer conteúdos tecnológicos de segurança e proteção ao meio ambiente e tudo isso também é custo. Por último tem a estrutura de custos em geral, incluindo o fenômeno da inflação. O aço é mais caro independente se vai no carro popular ou no premium. A definição de carro popular em si muda – antes era o modelo que custava R\$ 30 mil, agora é o que custa R\$ 50 mil. O apetite das montadoras em desenvolver mais carros populares, com menor rentabilidade, diminui frente à inflação dos materiais. A Fiat tem dois carros de entrada, o Uno e o Mobi, e continuaremos pelo menos com um modelo nessa franja de preço. Mas, assim como todas as empresas, estamos investindo muito em SUVs, em tecnologias. O mercado muda porque a demanda muda, porque a regulação muda e porque a estrutura de custos e de rentabilidade mudam.

A indústria vai fazer carros só para a classe média e abandonar o potencial da classe de renda menor?

Vamos continuar tendo produtos de entrada, talvez em proporção menor que no passado. Além disso vamos associar todos os produtos a outros modelos de mobilidade. Por exemplo, hoje para comprar um Argo paga-se entrada de 20% a 30% e o restante em prestações. A entrada muitas vezes é a barreira para quem não dispõe de possibilidades econômicas. Por isso temos o Flua, nosso serviço de assinatura que permite ao consumidor “comprar” o uso do Argo por dois anos ou mais, pagando uma subscrição mensal, sem pagar entrada. Pode ser que a estrutura de custos e a inflação reduzam a proporção de carros vendidos pelo modelo tradicional, mas alguns modelos de negócio como a assinatura vão permitir acesso ao carro, seja de entrada ou premium.

A falta de semicondutores tem parado muitas fábricas. Como está a situação das empresas do grupo?

Monitoramos em reuniões diárias com nossos fornecedores o que acontece no mercado de semicondutores. A capacidade de fornecimento está se readeguando, mas ainda em velocidade aquém do desejável. Na minha visão, o problema não será resolvido neste ano e pode continuar por alguns meses do ano que vem. Estamos promovendo um remix de produtos para evitar paradas, e trocando o microchip que está em falta por outro que esteja disponível, sempre protegendo a qualidade. Nossa previsão de abastecimento não supera um mês. Vamos baixar a velocidade da linha para evitar ter de parar, mas não posso dizer com certeza que isso não vai ocorrer.

A Stellantis domina hoje 30% do mercado brasileiro, mas exporta pouco. Essa equação funciona?

A grande parte da produção agora está sendo ocupada para uma demanda brasileira e exportamos 15% para outros países da América Latina. Somos líderes no Brasil, na Argentina, no Chile e estamos crescendo nos demais mercados. Além disso exportamos para outras regiões. A picape Strada, por exemplo, tem importante exportação para o México, na América do Norte. A fábrica de Betim hoje tem a maior produção de motores e transmissões da América Latina e 25% dela vai para a Europa. Este ano serão 120 mil motores. Temos um centro de engenharia com 1,5 mil engenheiros e designers que trabalham para os modelos locais e prestam serviços para América do Norte e Europa. Temos um software center em Pernambuco que presta serviço para o software da Maserati.

O sr. está otimista com o mercado brasileiro?

Sou tão otimista com o País que quero que meus dois filhos brasileiros sejam educados aqui e construí minha casa em Minas Gerais. Em geral o povo brasileiro é otimista, proativo, empreendedor. Lógico que os tempos são difíceis, pois ainda não saímos de uma crise sanitária sem precedentes. A recuperação vai demorar mais um pouco, mas meu ‘feeling’ é de otimismo.

A matriz do grupo também está otimista?

Ser um grupo global nos permite interagir com vários pontos de observação do Brasil, da Argentina, do Chile, da Itália, Alemanha, França, EUA, Canadá, China. As situações geopolíticas são por natureza voláteis e mudam com muita velocidade, então é claro que eventos importantes como eleições, CPI e outros despertam curiosidade. Nós conversamos sobre isso com a matriz, assim como sobre os ritos geopolíticos da Europa, América do Norte e Ásia. Qualquer grupo ou corporação global como a nossa, que tem interesse em investimentos em tantos países, tem curiosidade sobre o que acontece. Mas nossa visão de longo prazo no Brasil é positiva.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/06/2021

ESG E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Por *Camilla Inojosa e Gabriela Duque**



Camilla Inojosa e Gabriela Duque. FOTOS: DIVULGAÇÃO

O valor de mercado de uma empresa é cada vez mais influenciado pela sua capacidade de adotar modelos de negócio em equilíbrio com suas diversas partes interessadas. Com a velocidade da troca de informações e formação de uma nova consciência coletiva, tornou-se mais evidente como ações individuais de empresas impactam o contexto social e

ambiental em que se inserem, e como elas são reciprocamente impactadas por esse mesmo contexto.

Tendo isso em mente, para gerir riscos, preservar e gerar valor, as empresas devem zelar por melhores práticas ambientais, sociais e de governança, ou seja, o ESG (Environmental, Social and Governance), que está em forte evidência. Desastres ambientais e escândalos de corrupção recentes fizeram grandes empresas perderem bilhões de reais em valor de mercado. Desde então, as leis brasileiras passam a determinar mudanças e controles de governança como forma de gestão e mitigação de risco empresarial.

Um dos exemplos é a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que traz o ESG – ou seja, as externalidades associadas a questões ambientais, sociais e de governança corporativa – para dentro dos contratos administrativos. As empresas que quiserem contratar com a Administração Pública deverão ter em conta que tais questões são relevantes no processo licitatório, e que a melhor conjugação entre técnica e preço pode não ser mais o único fator determinante para as contratações.

Nesse contexto, a nova lei – Lei nº 14.133/2021 – permite que a Administração Pública obrigue seus contratados a implantarem programa de integridade no caso de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto e exige a contratação de percentual mínimo da mão de obra de mulheres vítimas de violência doméstica ou de egressos do sistema prisional para a execução do contrato. A lei também passa a valorar empresas que desenvolvem ações de equidade de gênero no ambiente de trabalho e possuam programa de integridade, conferindo-lhes vantagem competitiva em eventual empate na disputa com outros licitantes.

Especificamente sobre os programas de integridade mencionados na Nova Lei de Licitações, importante ressaltar que para além da prevenção à corrupção, o compliance pode endereçar pautas sociais e ambientais que tenham materialidade para o negócio, uma vez que visa o cumprimento das mais diversas normas e regulamentações a que está submetida à empresa. Portanto, o compliance pode ser utilizado também como uma força de sustentação dos pilares ambientais (“E”) e sociais (“S”) do negócio.

Outro ponto importante trazido pela nova Lei de Licitações versa sobre os impactos ambientais. Em alguns casos, será necessária a descrição dos possíveis impactos ambientais – e medidas mitigadoras – já nos estudos preliminares preparatórios do certame. Para fins da disputa de preços, os custos indiretos relacionados aos impactos ambientais podem ser considerados nas propostas das licitantes, de modo que interferirão diretamente no resultado da licitação.

A incorporação das externalidades do ESG na equação econômico-financeira das empresas se impõe pela crescente consciência coletiva sobre sustentabilidade e pelas novas diretrizes legais que lhe são reflexas. As empresas que primeiro se adaptarem colherão os frutos de suas iniciativas, como já sinaliza a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

*Camilla Inojosa, advogada especialista em Direito Administrativo do escritório Da Fonte Advogados

*Gabriela Duque, advogada especialista em Licitações, Contratos Administrativos e Responsabilidade Fiscal, sócia no escritório Da Fonte Advogados

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 16/06/2021

BOLSONARO ANUNCIA NOVO BOLSA FAMÍLIA DE R\$ 300 E SURPREENDE PRÓPRIO GOVERNO, POIS NÃO CABE NO TETO

Até o momento, equipes trabalhavam para reajustar o valor de R\$ 190 para R\$ 250, o que já geraria um gasto adicional de R\$ 18,7 bilhões para o ano que vem

Por *Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes e Pedro Caramuru, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta terça-feira, 15, que o novo Bolsa Família pagará R\$ 300 em média para os beneficiários do programa, em um anúncio que pegou integrantes do próprio governo de surpresa, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Até agora, as tratativas das equipes eram para reajustar o valor médio do benefício social dos atuais R\$ 190 para R\$ 250.

A reformulação do Bolsa Família vem sendo discutida em um momento de queda da popularidade do presidente, que deve disputar a reeleição em 2022. Porém, técnicos ouvidos pela reportagem dizem que o valor proposto por Bolsonaro em entrevista à afiliada da TV Record em Rondônia não cabe no teto de gastos previsto para 2022. O teto é a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

Durante a entrevista, Bolsonaro citou que a inflação de produtos que compõem a cesta básica ficou “em torno de 14%”, e alguns itens chegaram a subir 50%. “E o Bolsa Família, a ideia é dar um aumento de 50% para ele em dezembro, para sair de média de R\$ 190, um pouco mais de 50% seria (o aumento), para R\$ 300. É isso que está praticamente acertado aqui”, disse o presidente.

Bolsonaro disse ainda que hoje “está na casa dos 18 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família” (na verdade, são 14,7 milhões, segundo dados de maio do Ministério da Cidadania) e ponderou que se trata de um número “bastante grande”. “Pesa para a União, mas nós sabemos da dificuldade da nossa população. Então a equipe econômica já praticamente bateu o martelo nesse novo Bolsa Família a partir de dezembro, de R\$ 300 em média”, reafirmou.

Cálculos internos do governo apontam que o incremento do Bolsa Família até a média de R\$ 250 (ou seja, um aumento de aproximadamente R\$ 60 mensais) representa um custo adicional de R\$ 18,7 bilhões para o ano que vem. Levar a média aos R\$ 300 informados por Bolsonaro, adicionando mais R\$ 50 mensais às famílias, teria efeito ainda maior nas despesas com o programa – um impacto que não cabe no espaço que se abrirá no teto.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast no sábado, 12, o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, afirmou que o espaço líquido no teto de gastos em 2022 deve ficar próximo dos R\$ 25 bilhões.

Nos bastidores, técnicos afirmam que até agora não receberam indicação de que o valor médio do Bolsa Família será elevado para R\$ 300 e que seguem trabalhando com a hipótese de elevação desse valor para R\$ 250. Como mostrou o Estadão, o custo total do novo programa, com a média de R\$ 250, é estimado em R\$ 51,51 bilhões no ano que vem.

Bolsonaro disse ainda que o auxílio emergencial deve ter uma prorrogação de “mais duas ou três parcelas” de R\$ 250 em média e que a medida precisa ser feita “com responsabilidade”.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 16/06/2021

PETROBRÁS DEVE LANÇAR NA QUINTA-FEIRA OFERTA PARA VENDER AÇÕES DA BR DISTRIBUIDORA

Estatual tem 37,5% das ações da BR e deve zerar sua participação na empresa; petroleira começou a reduzir sua participação na distribuição em 2017

Por Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo

A oferta subsequente de ações (follow on) para a venda das ações da BR Distribuidora detidas pela Petrobrás deverá ser lançada na quinta-feira, 17, para ter o preço definido no dia 30 deste mês, apurou o Estadão. O Conselho de Administração da estatal bateu o martelo sobre a venda da participação no fim da semana passada.

A decisão do desinvestimento em si já tinha sido tomada no começo do ano passado, na gestão de Roberto Castello Branco, mas a operação foi atrasada por conta da pandemia, que afetou o preço das ações da companhia na Bolsa brasileira. Agora a operação também foi referendada pela administração de Joaquim Silva e Luna.

A estatal possui atualmente 37,5% das ações da BR, o que vale algo em torno de R\$ 11,25 bilhões. Até o fim de 2017 a Petrobrás era dona de 100% da distribuidora de combustíveis, mas vendeu no fim daquele ano cerca de 30% da companhia, por meio de uma oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês), colocando R\$ 5 bilhões no caixa. Dois anos depois, em uma nova oferta via Bolsa de Valores, a estatal vendeu uma fatia de 30%, que somou mais de R\$ 8 bilhões, operação que marcou a privatização da BR.



Fatia que a Petrobrás tem na BR Distribuidora é avaliada em R\$ 11,25 bilhões. Foto: Fabio Motta/Estadão

A venda da fatia restante, de 37,5%, estava aguardando a valorização do preço da ação da BR, que recebeu neste ano um impulso com a chegada de Wilson Ferreira Jr., que saiu da Eletrobrás para assumir o comando da BR. A companhia esperava que o papel voltasse, ao menos, para o mesmo preço que vendeu na oferta em 2019 - a ação saiu

na ocasião por R\$ 24,50 na oferta. Atualmente, após uma alta de 30% neste ano, a ação está valendo R\$ 26,60 na B3.

No mercado, a privatização da BR foi apontada como um modelo a ser seguido: foi toda feita no mercado de capitais e pulverizou o capital. Estruturaram a oferta Morgan Stanley, Itaú BBA, Citi e XP.

Procurada, Petrobrás não comentou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/06/2021

ENCONTRO ENTRE BIDEN E PUTIN MAIOR MOSTRA INTERESSE AMERICANO EM CONTER A CHINA

A aposta de Joe Biden foi alta: convencer a Europa a trocar de inimigo preferencial. Deixar as ameaças de Moscou de lado e centrar todas as atenções nas ambições chinesas

Por Leonardo Trevisan, O Estado de S.Paulo*

A aposta de Joe Biden foi alta: convencer a Europa a trocar de inimigo preferencial. Deixar as ameaças de Moscou de lado e centrar todas as atenções nas ambições chinesas, o que, na prática, seria convencer os europeus que todos os efeitos reais da Segunda Guerra acabaram mesmo. Os 30 países da Otan ouviram com atenção a proposta do dono do maior orçamento militar do planeta, mas preferiram esperar quanto Vladimir Putin irá cobrar para participar deste novo jogo geopolítico. O resultado do encontro dos dois líderes em Genebra dá ideia melhor de como é difícil saber esse preço.

As lideranças europeias notaram o essencial: o coroamento do road show de Biden foi o encontro com Putin. E não o contrário. O que pensa o longoinquilino do Kremlin era o ponto alto da viagem de Biden. Nesse cenário, os europeus aceitaram “discutir a relação”, mas avisaram: a real ameaça à Aliança Atlântica segue sendo Moscou. Pequim é o grande problema da disputa hegemônica global de Washington. Para os europeus, a China pode ser uma solução geoeconômica e não um problema insolúvel.

A questão China é mais americana principalmente pelo contexto interno. O desafio representado pelas ambições chinesas é o ponto que mais une democratas e republicanos nos EUA. Ter enfrentado Pequim será essencial no discurso para preservar o controle do Congresso nas eleições do próximo ano. Biden já avisou o mundo dessa “necessidade” desde a posse.

É bem diferente o contexto China para os europeus. A começar pela questão de investimentos. Na última década, o Reino Unido recebeu 50 bilhões de euros de investimentos chineses, a Alemanha outros 23 bilhões, a Itália 16 bilhões e a França, 14 bilhões. A cautela com que Merkel e Macron trataram a pressão americana anti-China começa neste fato. O silêncio de Boris Johnson sobre a questão China no discurso de encerramento do G-7 tem este mesmo ângulo.

Sem dúvida, os europeus também perceberam a oportunidade. Biden oferecia a volta do “multilateralismo” via aproximação com o G-7, a Otane com a “ideia” de Europa. Não a desprezariam, mas a questão Rússia está a algumas centenas de quilômetros de qualquer capital europeia, com toda a modernização do arsenal russo. Como bem notou o artigo de 15/06, no Estado, de Roberto Godoy, o míssil nuclear russo Sattan II, com 100 toneladas e capacidade de destruir, sozinho, um país do tamanho da França é também um fato incontestável.

A expansão militar chinesa é real, mas bem menos densa que a russa. Exemplo: são 2 porta-aviões contra 11 americanos. O orçamento militar americano é três vezes maior. O quadro é bem diferente em relação aos russos. Em especial, para os europeus. No fim de maio, quando a visita de Biden à Otan já estava marcada, Moscou anunciou a construção de 20 bases militares bem perto de suas fronteiras europeias. A escalada de tensões em abril, de novo em relação à Ucrânia, mostrou que Putin não mudou muito desde 2014, quando exibiu poder militar na fronteira ucraniana ou em exercícios marítimos e aéreos.

No entanto, ao mesmo tempo, Moscou exerce relativa aproximação em relação aos europeus. Os franceses continuam explorando gás no Ártico russo e, como noticiou o Financial Times, a primeira linha do Nord Stream - o gasoduto que levará gás russo até a Alemanha - já está em testes.

A relação de “tapas e beijos” entre europeus e russos não ficou em primeiro plano no encontro entre Biden e Putin. A questão Síria foi apenas mencionada. As moedas de troca colocadas na mesa ficaram por conta da exigência americana de “limites”, tanto nos ciberataques russos como à interferência militar do Kremlin na Ucrânia. Putin foi incisivo para que os americanos ficassem longe da forma como ele lida com a oposição.

Biden tinha um recado essencial a dar: a tolerância a comportamentos autocratas típicos de Trump é página virada na Washington de hoje. Putin pretendeu deixar claro que sanções, sejam quais forem, não o assustam. Essas falas duras, destinadas ao público interno dos dois países eram jogo conhecido, quase combinado. O que Biden mais quer é alguma previsibilidade no comportamento de Putin. O líder russo, por sua vez, não quer grandes surpresas vindas da Casa Branca. O embaixador americano em Moscou, Michael McFaul deu o recado essencial: seria bom uma “relação mais estável”, mas se isso fracassar, temos um plano B. Ou seja, na exata linguagem diplomática, os americanos usaram a reunião de Genebra para retomar a iniciativa no jogo que conta entre as duas superpotências.

Nesse sentido, a semana fora de casa de Biden foi bem aproveitada. No ar, ficou o convite para que Putin participe de outro modo do novo jogo geopolítico. Devolver os respectivos embaixadores a Washington e Moscou foi a forma encontrada para dizer que o Kremlin entendeu a frase de Biden:

“Se persistem as agressões, responderemos”. Outro ponto é saber se a civilizada convivência das duas potências no pós Guerra Fria está de volta. Nesse assunto, o difícil é conhecer o preço que o líder russo irá cobrar para aceitar que a nova ordem multilateral se transforme na “marca” mais duradoura da era Biden. Sobre este custo só há uma certeza: o pragmático Putin ainda não o fixou. Como os resultados do encontro de Genebra confirmam.

É professor de Relações Internacionais da ESPM

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 16/06/2021

'BOLSONARO PRECISA DIZER QUE É A FAVOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA', DIZ ARTHUR MAIA

Relator da reforma na Câmara pede maior engajamento do presidente na votação do texto, para que seja possível andar com a tramitação da reformulação do RH do Estado

Por *Adriana Fernandes e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Relator da reforma administrativa na comissão especial, o deputado Arthur Maia (DEM-BA), diz que o presidente Jair Bolsonaro precisa se engajar para que a reformulação do RH do Estado - com novas regras para contratar, promover e demitir os servidores públicos - prossiga no Congresso. Isso significa cobrar dos líderes do governo o empenho, se reunir com os parlamentares e pedir apoio para que a proposta seja aprovada. Ele diz que vai incluir os chamados membros de outros Poderes (juízes, desembargadores, promotores e parlamentares) nas novas regras e que, antes da reforma, o Congresso deve avançar com o projeto que acaba com os supersalários no funcionalismo.



Arthur Maia afirma que 'o jogo não começou' e diz esperar um apoio formal de Bolsonaro. Foto: André Dusek/Estadão

Quais são as mudanças que o sr. vai incluir no seu parecer?

Pretendo incorporar a emenda do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) que trata da ampliação da reforma para os membros dos Poderes também sejam submetidos à reforma. Não sentido fazer uma reforma para criar obrigações para o ascensorista do Ministério da Agricultura que ganha R\$ 2 mil e ficar de fora quem ganha R\$ 30 mil, R\$ 40 mil. Não me sentiria à vontade.

Veja só, os servidores do Legislativo, Judiciário e Executivo todos estão na proposta. O que está ainda são os membros, os juízes, os desembargadores, deputados, promotores. A proposta é que todos estejam incluídos.

Existe algum entendimento sobre esperar a reforma administrativa engrenar para poder se avançar com a tributária, que está parada?

Eu acho que não vamos tocar a reforma tributária enquanto não acontecer a tramitação da reforma administrativa. Vamos esperar a tramitação da administrativa para que se possa avançar com a tributária.

Terminar é o quê?

Ser votada mesmo no plenário. Acho que o parlamento não vai enfrentar duas reformas de porte tão significativo como a administrativa e a tributária a ao mesmo tempo. Esse é meu sentimento, mas é claro que quem define a pauta é o presidente Arthur Lira.

Os servidores dizem que a reforma é um projeto de poder do governo para dominar as instituições e com nomeação livre de cargos técnicos e estratégicos. Como o sr. avalia?

Existe na PEC uma proposta de transformar em cargos comissionados os que hoje são designados como cargo de chefia, eu pessoalmente sou contra. A PEC a priori permite que qualquer pessoa

possa preencher esses cargos de chefia. Pessoalmente, eu sou contra. Acho que isso aumentará demais a interferência política nos órgãos públicos.

O que o sr. espera na prática que Bolsonaro faça para se engajar na reforma?

Que ele manifeste claramente para a base dele aqui no Congresso Nacional que ele é a favor da reforma. É isso. Quando eu fui relator da reforma da Previdência aqui na Câmara, o presidente Temer se engajou pessoalmente com toda sua força para que nós pudéssemos aprovar. Isso foi claramente manifestado. Ele cobrava dos líderes o empenho, procurava os deputados, pedia o voto e etc. O presidente da República tem muita força.

E o Bolsonaro tem feito isso? Ele já fez alguma ação nessa direção até hoje?

Não, mas o jogo não começou. Vamos ter a primeira reunião amanhã (hoje) para definir um calendário para discutir a reforma, vou propor uma série de temas e discutir datas para que se faça audiências em torno desses temas. Abrirão prazos para que parlamentares apresentem sugestões de pessoas a serem convidadas. Mas à medida que esse processo for caminhando e nosso relatório tomando corpo, é importante que nessas conversas haja o engajamento sim do presidente da república para que de fato a gente consiga aprovar a reforma.

A discussão de se pautar o projeto que acaba com os supersalários também foi retomada na época da reforma da previdência de 2019, como um remédio para amenizar a impopularidade da reforma. Agora, isso está sendo feito novamente. Por que devemos acreditar que dessa vez vai ser aprovado?

Esse projeto já era para ter sido aprovado há muito tempo. Agora, no começo da discussão da reforma administrativa, na reunião que tivemos, esse assunto foi trazido em pauta. Ouvi da boca do presidente Arthur Lira de que para ele não há dificuldade de se colocar esse projeto em pauta, mas que dependia de uma conversa com os líderes e muitos dos que estavam presentes se colocaram favoráveis para que seja colocado em pauta. Acho razoável que primeiro se vote os supersalários e depois a reforma administrativa. Seria uma sinalização muito positiva.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/06/2021

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

MAERSK PRIORIZA LOGÍSTICA 'PORTA A PORTA' NO BRASIL

Ideia é ampliar a estrutura terrestre, com investimentos em centros de distribuição, armazéns, soluções digitais e serviços de despacho aduaneiro

Por Taís Hirata — De São Paulo



Clerc, vice-presidente: Objetivo é desenvolver a infraestrutura, seja tecnologia, seja armazenagem, para reduzir custo” — Foto: D

Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/06/16/maersk-prioriza-logistica-porta-a-porta-no-brasil.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página.

Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do Valor (falecom@valor.com.br). Essas regras têm como objetivo proteger o investimento que o Valor faz na qualidade de seu jornalismo.



Clerc, vice-presidente: Objetivo é desenvolver a infraestrutura, seja tecnologia, seja armazenagem, para reduzir custo” — Foto: Divulgação

A Maersk, maior grupo de navegação marítima do mundo, está focada em verticalizar suas operações no Brasil e viabilizar uma logística “de porta a porta” para seus clientes, segundo Vincent Clerc, vice-presidente executivo global da companhia.

Hoje, a empresa já tem uma forte atuação no país. Além do serviço de navegação de longo curso, centrado em contêineres, a Maersk tem um braço de cabotagem e opera terminais portuários em Santos (SP), Itajaí (SC), Itapoá (SC) e Pecém (CE). Agora, a ideia é ampliar a estrutura terrestre, com investimentos em centros de distribuição, armazéns, soluções digitais e serviços de despacho aduaneiro. Além disso, a companhia voltou a realizar fretes aéreos no país.

“O foco serão investimentos demandados pelos clientes, soluções para simplificar a cadeia logística. A orientação serão as necessidades dos usuários, não a busca por um ativo ou estrutura específica”, diz Robbert Van Trooijen, que comanda a operação da empresa na América Latina.

Um exemplo dessa estratégia é o recém-anunciado acordo de três anos com a Braskem. A Maersk irá cuidar de toda a cadeia de suprimentos da petroquímica globalmente, incluindo um novo terminal no Porto de Cingapura.

“Para companhias que operam na América Latina, tanto importadores quanto exportadores, a logística tem um custo alto em comparação com mercados mais maduros. Nosso objetivo é desenvolver a infraestrutura, seja tecnologia, seja armazenagem, para reduzir o custo”, afirma Clerc.

A expansão das atividades do grupo já chega até mesmo ao comércio eletrônico, com entregas ao consumidor final, mas apenas na América do Norte. Na América Latina, a oferta desse tipo de serviço é complexa e não deverá ser implementada no curto prazo, mas está no radar – e o Brasil tende a ser o primeiro mercado da região nesse caso, diz Trooijen.

O avanço de grandes grupos, como a Maersk, em outros segmentos logísticos tem gerado questionamentos de algumas empresas. Isso ficou claro, por exemplo, durante a tramitação da “BR do Mar”, projeto de lei do governo federal que altera as regras de cabotagem. Durante as discussões, houve pressão de caminhoneiros para proibir que empresas de navegação atuem no transporte terrestre. Uma emenda com essa restrição chegou a ser incluída no texto, mas já foi retirada.

Além disso, indústrias importadoras e usuários dos serviços marítimos começam a questionar de forma mais incisiva a crescente verticalização da cadeia logística global.

A Maersk não é a única a fazer esse movimento. A MSC, outro gigante de navegação, também tem investido nos serviços “de porta a porta”. Recentemente, o presidente global da Terminal Investment Limited (subsidiária do grupo), Ammar Kanaan, elencou esses questionamentos como um fator de preocupação na região.

Para o executivo global da Maersk, a empresa está atenta às críticas, mas não as vê hoje como ameaça, devido à grande fragmentação do setor e à pequena fatia da companhia no mercado brasileiro. “Todos os clientes têm múltiplas opções. Não acreditamos que estamos perto de ter problemas com isso”, diz Clerc.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/06/2021

CHINA RESPONDE POR 70% DO SUPERÁVIT COMERCIAL DO BRASIL, DIZ FGV

Boletim destaca que os preços comandam o dinamismo das exportações brasileiras para asiáticos
Por Marta Watanabe — De São Paulo



A participação da China nas exportações brasileiras passou de 32,5% para 34% entre janeiro-maio de 2020 e 2021 — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O superávit comercial do Brasil com a China atingiu US\$ 19,1 bilhões no acumulado de janeiro a maio deste ano. O valor equivale a 70,4% do saldo do país no período, destaca o boletim do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) divulgado esta manhã pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o superávit comercial do país somou US\$ 27,1 bilhões, o maior valor da série histórica do governo federal iniciada em 1997.

O boletim destaca que os preços comandam o dinamismo das exportações brasileiras para China. A participação do país asiático nas exportações brasileiras passou de 32,5% para 34% entre janeiro-maio de 2020 e 2021. Entre esses dois períodos, a variação no volume exportado foi de 1,4% e a dos preços, 32,3%.

Para o mercado americano houve equilíbrio maior entre preços e quantidade. Na mesma comparação, o volume embarcado aos Estados Unidos aumentou 12% e os preços médios avançaram 11%.

Para a Argentina, a elevação da quantidade é destacada no boletim. Nas exportações brasileiras de janeiro a maio ao país vizinho, o volume saltou 45,1% enquanto os preços subiram 6,5%. Para os demais países da América do Sul a dinâmica foi semelhante, com avanço de 31,8% no quantum e de 5,8% em preços médios.

Na balança como um todo, os preços continuam liderando o aumento do valor das exportações e os volumes, o das importações. Na comparação entre os acumulados até maio de 2020 para este ano, as exportações aumentaram em 30,6%, com alta de 20,8% nos preços de 7,1% em volumes embarcados.

Já nas importações, o valor subiu 20,9%, com avanço de 17,4% na quantidade e de apenas 3,3% nos preços, sempre de janeiro a maio deste ano contra igual período do ano passado. A maior variação dos preços de exportações comparados com os de importações levou a um aumento de 20,4% dos termos de troca entre os meses de maio de 2020/2021, ressalta o boletim.

A análise por tipo de indústria, aponta o Icomex, mostra que, no acumulado do ano, a indústria de transformação lidera o aumento do volume exportado, com crescimento de 10,3%.

Os dez principais produtos exportados foram açúcar e melaços, farelos de soja, carne bovina, combustíveis, celulose, carne de aves, semi-acabados de ferro ou aço, ouro não monetário, ferro gusa e veículos de passageiro.

O boletim destaca que, exceto os automóveis, todos os outros podem ser classificados como commodities. Na agropecuária, a soja explicou 89% das exportações do setor em maio e 78% no acumulado de janeiro a maio. Café e algodão foram os principais produtos após a soja.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/06/2021

PETROBRAS USA NOVO SUPERCOMPUTADOR PARA REDUZIR RISCO E MELHORAR DESEMPENHO

O equipamento é o maior da América Latina e custou cerca de R\$ 100 milhões

Por André Ramalho — Do Rio

A Petrobras colocou em operação, neste mês, mais um novo supercomputador, com o objetivo de aumentar a performance do processamento de dados geofísicos e, assim, reduzir os riscos geológicos e operacionais da empresa. Batizado de Dragão, o equipamento é o maior da América Latina e custou cerca de R\$ 100 milhões.

Um supercomputador é uma máquina com poder de processamento milhares de vezes superior à de um computador convencional e é importante para a resolução de algoritmos mais complexos, aprendizado de máquina (machine learning) e inteligência artificial. Esse tipo de equipamento pode executar tarefas extremamente pesadas e é empregado, geralmente, em pesquisas científicas com grandes volumes de dados.

Com 200 terabytes de memória RAM (Random Access Memory), rede de 100 gigabits por segundo e milhões de processadores matemáticos, o novo supercomputador da Petrobras tem, por exemplo, capacidade de processamento equivalente a quatro milhões de celulares smartphones ou cem mil laptops - capacidade que supera os dois maiores supercomputadores da petroleira, hoje: o Atlas e o Fenix.

O Dragão é o 12º cluster do tipo que a Petrobras coloca em operação em três anos. Em 2019, a empresa criou uma diretoria voltada especificamente para acelerar o movimento de transformação digital dentro da companhia. A área tem um orçamento de US\$ 1,5 bilhão para o período entre 2021 e 2025.

A Petrobras espera atingir, ao fim de 2021, capacidade de cerca de 40 petaflops, desconsiderado o uso de nuvem. Em 2018, para fins de comparação, essa capacidade era de 3 petaflops.

Segundo a estatal, o supercomputador Dragão contribuirá para alguns dos programas estratégicos da companhia, dentre os quais o Prod1000, que visa a reduzir dos atuais três mil dias para mil dias o tempo necessário para iniciar a produção de um campo do pré-sal desde a sua descoberta; e o Exp100, que tem como ambição reduzir a zero o risco exploratório de perfuração de um poço.

O processo de montagem do supercomputador Dragão durou cerca de três meses, seguido por período de instalação de softwares e operação assistida. Foram necessários dez caminhões para transportar todas as partes da máquina, que possui, ao todo, 20 toneladas. Ele foi instalado em fileiras de oito a nove blocos que, juntos totalizam 34 metros de extensão.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/06/2021

ANP PREVÊ 7 BI DE BARRIS FORA DA PLATAFORMA CONTINENTAL

Objetivo da agência é ampliar produção e acelerar exploração do pré-sal

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

Os três blocos de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos que serão ofertados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na 17ª Rodada de Concessões e que estão localizados na extensão da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira podem ter recursos médios de 7 bilhões de barris de petróleo equivalente. A rodada será a primeira realizada depois do início da pandemia.

O volume corresponde a projeções de estimativa de óleo no local (“in place”) feitas pela agência a partir de dados sísmicos. As áreas ainda não tiveram perfurações para confirmar seu potencial. A estimativa foi divulgada no seminário técnico da rodada, realizado na tarde de ontem.

“São blocos afastados e os volumes podem ser bastante relevantes. São oportunidades de classe mundial”, comentou o superintendente-adjunto da área de avaliação geológica e econômica da agência, Ronan Ávila, durante o seminário.

A área com o prospecto de maior volume a ser ofertada no leilão, segundo a ANP, é o bloco S-M-1617, que tem 3,22 bilhões de barris de óleo “in place” e pode ter descobertas além da ZEE.

Será o primeiro leilão em que a ANP vai oferecer áreas que podem conter jazidas de pré-sal além das 200 milhas náuticas, limite da plataforma continental do Brasil.

De acordo com o diretor da ANP Cesário Cecchi, o objetivo, ao ofertar áreas além do limite da Zona Econômica Exclusiva brasileira, é buscar a maximização da produção de petróleo e gás no país e acelerar o desenvolvimento da exploração e da produção no pré-sal.

Ao todo, a ANP vai ofertar 92 blocos com área total de 53,9 mil quilômetros quadrados nas bacias de Santos, Campos, Pelotas e Potiguar na 17ª rodada de concessões, marcada para ocorrer em 7 de outubro de 2021.

Inicialmente previsto para 2020, o leilão foi adiado devido à pandemia. Além da 17ª rodada, a ANP pretende realizar neste ano a segunda rodada dos volumes excedentes da cessão onerosa, em dezembro, em áreas de Atapu e Sépia, na Bacia de Santos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/06/2021

MINÉRIO DE FERRO PERDE FORÇA E CEDE 3,5% NA CHINA

Após aumentos seguidos, preço da commodity cai para US\$ 214 por tonelada

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Foto : Claudio Belli/Valor

Depois de seis altas consecutivas no mercado à vista, os preços do minério de ferro perderam força e recuaram nesta quarta-feira, refletindo o aumento da oferta da commodity e receios de desaceleração na demanda de aço.

No porto de Qingdao, o minério com teor de 62% de ferro encerrou o dia a US\$ 214,08 por tonelada, segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, com queda diária de 3,5%. Dessa forma, em junho, os ganhos acumulados foram reduzidos a 7,7%. No ano, a valorização ainda é expressiva e chega a 33,4%.

Segundo levantamento da consultoria Mysteel, os embarques da principal matéria-prima do aço a partir de Austrália e Brasil chegaram a 26 milhões de toneladas na última semana, com crescimento de 1 milhão de toneladas ou 4,4% frente à semana anterior, impulsionados pela maior oferta australiana.

Ao mesmo tempo, segundo a Fastmarkets, participantes do mercado voltaram a demonstrar preocupação com um potencial desaquecimento da demanda de aço na China, o que teve impacto no preço do minério.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados de minério, para setembro, marcaram a segunda baixa consecutiva, com desvalorização de 0,7% (para 1.208 yuans por tonelada)

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/06/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO BRASIL SOBE 33,7% EM MAIO E TEM RECORDE HISTÓRICO

No mês, vendas externas foram de US\$ 13,94 bilhões.

Por Reuters



Soja — Foto: Divulgação/Agropecuária

A exportação de produtos do agronegócio do Brasil avançou 33,7% em maio ante o mesmo mês do ano passado, para um recorde de US\$ 13,94 bilhões, com a forte demanda da China impulsionando os embarques brasileiros, informou o Ministério da Agricultura nesta quarta-feira (16).

O maior impulso para a marca em uma série histórica desde 1997 foi o aumento das cotações das commodities, disse o ministério, apontando avanço de 24,6% no índice de preços, enquanto o crescimento do indicador de quantum (quantidade) foi de 7,3%.

Ainda assim, o resultado teve fundamental impulso dos embarques de soja, cujo volume atingiu um recorde histórico para todos os meses de 16,4 milhões de toneladas em maio, disse o ministério, confirmando dados divulgados mais cedo no mês.

A oleaginosa, cujos embarques dispararam 16% em volume especialmente pela demanda da China, tem sido o principal produto de exportação do país em receitas nos últimos anos.

O ministério citou que a pandemia levou países a ampliarem as compras de commodities agrícolas, com foco na garantia de estoques de alimentos, o que ajuda a explicar os grandes volumes embarcados.

Mas destacou que a forte demanda da China está impulsionando os preços de grãos, destinados à recomposição e ampliação dos rebanhos suíno e de frango no país asiático.

O complexo soja, que inclui farelo e óleo, além do grão, respondeu por praticamente 60% do valor das exportações do agronegócio no mês passado.

Mas é o grão que responde pelo maior volume. Em maio, a China importou 11,2 milhões de toneladas de soja, equivalente a 68% do total exportado pelo Brasil, ou aumento absoluto de 1,1 milhão de toneladas em relação a maio de 2020, segundo o ministério.

De janeiro a maio, só a China importou 38,2 milhões de toneladas de soja, alta de 12,8% na comparação anual, conforme dados do ministério.

Ao todo, os embarques da oleaginosa somaram 48,3 milhões de toneladas no período, ou 20,3 bilhões de dólares (+29,6%).

A China também tem impulsionado os embarques de carnes, que cresceram 4,4% de janeiro a maio para todos os países, para mais de 3 milhões de toneladas, com o faturamento atingindo 7,2 bilhões de dólares (+5,7%).

Os produtos florestais, como celulose, madeira e papel, resultaram em exportações de 5,2 bilhões de dólares entre janeiro e maio, alta de mais de 10%, com um volume 11,8 milhões de toneladas (+10,6%).

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 16/06/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ESTUDO APONTA FALTA DE CONSENSO SOBRE NATUREZA JURÍDICA NA COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 16 Junho 2021



Arquivo/Divulgação

Juristas se dividem sobre aplicação de indenização pré-fixada e cláusula penal. Especialista em regulação da Antaq avalia que essência da RN-18/2017 está alinhada com diretrizes da agência reguladora norte-americana e de associação de agentes intermediários.

Um estudo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) concluiu que a definição da natureza jurídica da cobrança de sobre-estadia de contêineres é essencial para equacionar o tema. A leitura é que o enquadramento traz consequências na necessidade de comprovação de dolo, na limitação de valores, na determinação do prazo de prescrição e nos efeitos tributários. Sem consenso sobre a natureza jurídica da cobrança de sobre-estadia, hoje existem duas correntes doutrinárias no país, uma pela indenização pré-fixada — jurisprudência majoritária — e outra pela cláusula penal.

O trabalho cita achados da Federation Maritime Commission (FMC), de 2018, que apontaram que a sobre-estadia deve incentivar a pronta movimentação de carga, transparência, linguagem padronizada e informações de acompanhamento das cargas de forma a ajudar toda a cadeia logística, com práticas de cobrança e processos de resolução de conflitos claros. Em 2020, a agência reguladora norte-americana apresentou critérios para averiguar a razoabilidade da cobrança.

O estudo da Antaq também menciona o guia de boas práticas da Fiata (International Federation of Freight Forwarders Associations). A federação internacional dos transitários, como os NVOCCs, observou que é dever dos armadores conceder um free time 'realístico'. A Fiata solicitou um limite para a sobre-estadia acumulada e que sejam consideradas as impossibilidades do terminal receber e liberar contêineres e os atrasos que ocorrem por conta do armador.

A publicação verificou que há consenso na experiência internacional que a cobrança de sobre-estadia de contêineres, dentro de parâmetros razoáveis, é benéfica para a agilidade e fluidez do transporte marítimo mundial. O estudo destaca ainda que existem aspectos inerentes ao Brasil: TCDC, despachante aduaneiro como fiador dos donos da carga, spread realizado por agentes intermediários e problemas logísticos.

O especialista em regulação da Antaq, Rodrigo Trajano, destacou que a resolução normativa 18/2017 da agência, que trata de direitos e deveres e usuários, armadores e agentes intermediários do transporte marítimo, estabelece infrações administrativas e tem uma seção específica que trata da sobre-estadia do contêiner. Ele lembrou que a RN-18 contém, por exemplo, conceitos e marcos de

sobre-estadia e de livre-estadia, além da obrigatoriedade da transparência e do conhecimento prévio dos valores cobrados e respeito aos usos e costumes.

Para Trajano, a essência da RN-18 está muito alinhada com o que foi colocado nas diretrizes da FMC e da Fiata. “Sabemos que a responsabilidade do usuário no Brasil termina na hora que colocou o contêiner no local certo, na hora certa. A RN-18 já foi muito positiva em diversos assuntos e está muito alinhada com o que há de mais moderno na regulação da sobrestadia no mundo”, afirmou, nesta quarta-feira (16), durante o lançamento do estudo “Sobre-Estadia de Contêineres – A Experiência Internacional”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021

BNDES ABRE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CODESA NO DIA 30

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Junho 2021



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abrirá audiência pública no dia 30 de junho, a partir das 9h, em modalidade virtual, para o processo de desestatização da Codesa. A informação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (16).

A audiência pública 02/2021 tem o “objetivo de prestar informações ao público, bem como receber sugestões e contribuições ao referido processo de desestatização, cuja modalidade será a alienação da totalidade das ações de titularidade da União e de emissão da Codesa e, ato contínuo, a celebração de Contrato de Concessão entre a União e a Codesa para a exploração dos Portos Organizados de Vitória e Barra do Riacho”.

No início deste ano, foi realizada audiência pública sobre a desestatização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), concluída em fevereiro. Já no dia 9 de junho, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) publicou a Resolução 188, aprovando o modelo private landlord de desestatização da Codesa. A resolução foi assinada pelos ministros da Economia e Infraestrutura, Paulo Guedes e Tarcísio Gomes de Freitas, respectivamente.

O edital do leilão da Companhia está previsto para ser publicado em outubro deste ano, após recepção das melhorias e ajustes que serão apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021

PRODUÇÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA REGISTROU MÉDIA DIÁRIA DE 55 MIL BARRIS DE PETRÓLEO EM ABRIL

Da Redação OFFSHORE 16 Junho 2021



A produção total nos três contratos em regime de partilha apresentou média diária de 55 mil barris de petróleo (bpd) em abril de 2021. A Área de Desenvolvimento de Mero foi responsável por 40 mil bpd, seguida de Entorno de Sapinhoá e Tartaruga Verde Sudoeste. As informações fazem parte do Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção, elaborado pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), gestora dos contratos em nome da União. Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha de produção é de 53,9 milhões de barris de petróleo.

A média diária do total do excedente em óleo da União nos três contratos de partilha de produção foi de 12,8 mil bpd em abril, sendo 6 mil bpd na Área de Desenvolvimento de Mero e 6,7 mil bpd no Entorno de Sapinhoá. A parcela acumulada do excedente em óleo da União desde 2017 é de 9 milhões de barris de petróleo.

Gás Natural

O gás natural apresentou produção disponível para venda de 302 mil m³ em média, por dia, referente aos dois contratos com aproveitamento comercial, sendo 261 mil m³ por dia no Entorno de Sapinhoá e 41 mil m³ por dia em Tartaruga Verde Sudoeste. A média diária do total do excedente em gás natural foi de 172 mil m³ por dia.

Desde 2017, a produção acumulada de gás natural com aproveitamento comercial soma 235 milhões de m³. O excedente em gás natural acumulado da União desde 2017 soma 70 milhões de m³.

Atualmente, dos 17 contratos que atuam em regime de partilha de produção, três estão em produção - Área de Desenvolvimento de Mero (Libra), Entorno de Sapinhoá e Tartaruga Verde Sudoeste, operando quatro FPSOS e 18 poços.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021

PORTO DE CABEDELLO VAI MOVIMENTAR MAIS DE 97 MIL TONELADAS AINDA EM JUNHO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Junho 2021



Mais de 97 mil toneladas de cargas passarão pelo Porto de Cabedelo só na segunda quinzena de junho. Segundo a Gerência de Operações, pelo menos cinco navios devem atracar até o fim de junho.

A previsão é de 97.873 toneladas, sendo dois navios de gasolina e dois de diesel, além de um navio com bentonita e outro com petcoke.

Em junho já houve a movimentação de 85.172 toneladas no cais, além de 14 mil toneladas de trigo que estão em operação. No total, a previsão

para o mês é de 160.385 toneladas de cargas movimentadas.

Entre janeiro e maio, o Porto de Cabedelo já movimentou 522.499 toneladas entre granéis sólidos e líquidos. O montante representa um aumento de 25% em relação ao registrado em 2019.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021

ANP LANÇA PAINEL DINÂMICO DE INVESTIMENTOS DE CONTEÚDO LOCAL

Da Redação OFFSHORE 16 Junho 2021

A ANP publicou nesta quarta-feira (16) o Painel Dinâmico de Investimentos de Conteúdo Local. A ferramenta interativa disponibiliza dados relativos aos dispêndios financeiros (gastos) realizados pelo operador de um bloco ou campo relativos aos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural firmados em todas as Rodadas de Licitações da ANP e no contrato da Cessão Onerosa celebrado entre o Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia e a Petrobras.

Os dados apresentados no Painel são inéditos, sendo disponibilizados pela primeira vez de forma pública. O processo de divulgação de informações de conteúdo local em painéis dinâmicos iniciou

em abril de 2020 e, com a nova ferramenta, todos os dados considerados públicos sobre o assunto passam a ser disponibilizados pela ANP.

A cláusula de conteúdo local dos contratos determina os compromissos assumidos pelas empresas de contratação de um percentual mínimo de bens e serviços nacionais. Cabe à ANP fiscalizar o cumprimento desses compromissos, o que é feito na fase de exploração (primeira fase do contrato, na qual são realizados estudos para determinar a presença ou não de petróleo e/ou gás natural) e na etapa de desenvolvimento da fase de produção (quando é contratada e instalada a infraestrutura para a produção em si). A ANP aplica compromissos de conteúdo local desde a 1ª Rodada de Licitações, ocorrida em 1999, por meio de cláusula que consta dos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural. Ao longo do tempo essas normas foram sendo alteradas.

O Painel disponibiliza informações como o dispêndio financeiro realizado durante a fase de exploração ou etapa de desenvolvimento da produção, de acordo com a rubricas previstas nos Relatório de Gastos Trimestrais (RGT) e Relatório de Conteúdo Local (RCL). Esses relatórios são apresentados à ANP em periodicidades trimestral e anual, respectivamente, para comprovação do cumprimento dos percentuais mínimos de compromisso de conteúdo local.

Já as rubricas são grupos de bens ou serviços, classificados em itens e subitens, conforme previsto na Resolução ANP nº 27/2016 e Portaria ANP nº 180/2003. O painel disponibiliza os valores agregados por rubrica, que não necessariamente é o valor referente a uma única aquisição de bem ou serviço. Por exemplo, na rubrica Afretamento de Sonda (subitem 2.1 da tabela do Anexo I da Resolução), é registrada a soma de todos os valores gastos na aquisição de bens/serviços relativos a afretamento de sonda durante a fase de exploração.

Na ferramenta, a visualização dos compromissos realizados pelo operador é feita em valores nominais dos dispêndios realizados no bloco ou campo, bem como o valor corrigido pelo IGP-M, índice esse utilizado para corrigir o valor do gasto para valor presente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021

TERMINAL PORTUÁRIO DO SERGIPE, OPERADO PELA VLI, INICIA PRIMEIRO EMBARQUE DE MILHO PARA EXPORTAÇÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Junho 2021



Fluxo do grão para o mercado externo é o primeiro da história do TMIB. Ao todo, 60 mil toneladas serão embarcadas entre junho e julho

A VLI, operadora do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), localizado em Barra dos Coqueiros, em Sergipe, anuncia o primeiro embarque de milho rumo à exportação da história do terminal. O contrato prevê que, entre junho e julho deste ano, 60 mil toneladas serão destinadas ao mercado norte-americano. Com o novo fluxo, a empresa dá mais um passo na consolidação do TMIB como porta de escoamento

para o agronegócio brasileiro. O milho embarcado em Sergipe tem como origem a região Oeste do Estado da Bahia.

No último mês de maio, a empresa já havia anunciado a retomada do embarque de grãos via Sergipe com o escoamento de 90 mil toneladas de farelo de soja para o exterior. “O TMIB possui estrutura e flexibilidade para atender a distintos setores produtivos. Além de apoiar a vazão de insumos siderúrgicos, ele se firma agora como rota também para o agro, atendendo a uma crescente demanda de produtores, especialmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do país”, garante Ítalo dos Santos Leão, gerente comercial da VLI para o TMIB.

A retomada da exportação de grãos em Sergipe se deve à estrutura existente no TMIB, que conta com terminais de transbordo e armazéns conectados. Apenas em 2020 foram movimentadas 763,28 mil toneladas no local, ante 578,71 mil toneladas em 2018, um aumento de 31,8% no período. Ao todo, nos últimos cinco anos, 3,31 milhões de toneladas foram embarcadas no Terminal Marítimo Inácio Barbosa. A versatilidade é o principal atributo do TMIB. Além de grãos, o terminal tem a flexibilidade necessária para movimentar insumos como minério de ferro, cobre, manganês, cimento, clínquer, coque e fertilizantes, entre outros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021

AGRONEGÓCIO BATE RECORDE DE US\$ 14 BILHÕES EM EXPORTAÇÕES EM MAIO

Da Redação ECONOMIA 16 Junho 2021

O mês de maio deste ano registrou recorde nas exportações de produtos do agronegócio, com US\$ 13,94 bilhões, alta de 33,7% em relação a maio de 2020.

De acordo com análise da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as vendas foram influenciadas pelo incremento nos preços internacionais das commodities. O índice de preço dos produtos do agronegócio exportados pelo Brasil aumentou 24,6%, enquanto o crescimento do índice de quantum foi de 7,3%.

Analistas apontam que a pandemia precipitou uma nova era de uso intensivo de commodities, na medida em que os governos enfatizam a criação de empregos e sustentabilidade ambiental, ao invés do foco na estabilidade financeira desencadeado pela crise de 2009. Além disso, a forte demanda chinesa permanece pressionando os preços de grãos, como milho e oleaginosas, destinados à recomposição e ampliação dos rebanhos suíno e de frango na China.

Apesar do forte incremento das exportações do agronegócio, a participação do setor diminuiu de 59,5% das exportações totais brasileiras (maio/ 2020) para 51,7% (maio/ 2021).

As importações do agronegócio subiram, passando de US\$ 837 milhões (maio/2020) para US\$ 1,22 bilhão (maio/2021), com alta de 13,5%. O saldo da balança ficou em US\$ 12,71 bilhões.

O complexo soja continua como principal destaque, responsável por praticamente 60% do valor das exportações do agronegócio no mês passado.

De acordo com o boletim da SCRI, o cenário internacional da soja em grão reflete baixos estoques norte-americanos e elevadas aquisições chinesas.

As importações totais chinesas de soja em grão cresceram 12,8% em 2021, passando de 33,9 milhões de toneladas, entre janeiro e maio de 2020, para 38,2 milhões de toneladas na comparação com o mesmo período deste ano.

As exportações brasileiras registraram volume recorde de 16,4 milhões de toneladas de soja em grão em maio (+16,3%). O montante e a elevação do preço médio de exportação (+34,5%; US\$ 447,73 por tonelada) geraram valor recorde de US\$ 7,34 bilhões nas exportações do produto (+56,3%): +US\$ 2,64 bilhões em valor absoluto.

Em maio, a China foi o país que mais importou soja em grãos (11,2 milhões de toneladas), equivalente a 68% do total exportado pelo Brasil ou aumento absoluto de 1,1 milhão de toneladas em relação a maio de 2020. A União Europeia aparece na segunda posição com 1,552 milhão de toneladas (-8,8%), seguida pela Turquia com 730 mil toneladas (+74,5%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021



CATTALINI TERMINAIS RECEBE PELA SEGUNDA VEZ MAIS DE 16 MIL TON. DE ÓLEOS AQUECIDOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16 Junho 2021

Pela segunda vez neste semestre, a Cattalini Terminais Marítimos recebeu mais de 16 mil toneladas de óleos aquecidos em uma única operação. O desembarque de 16,3 mil toneladas do produto, do navio "MTM New York", foi iniciado nesta terça-feira (15), no píer privativo da empresa. Em janeiro, o terminal já havia recebido 16,6 mil toneladas de óleos aquecidos do navio "MTM Houston". Segundo a Cattalini, em média, as importações variam de 6 a 10 mil toneladas, por uma decisão comercial e de logística do cliente, mas a empresa está preparada para maiores volumes.

“A Cattalini, como terminal portuário, possui uma estrutura diversificada e pronta às necessidades dos clientes e de cada produto, de acordo com sua peculiaridade e característica de movimentação. Para atender a característica do produto desembarcado nesta semana, contamos com um robusto sistema de isolamento térmico e aquecimento, presente desde o píer até os tanques, o que garante qualidade e segurança em todo o processo, do recebimento até a expedição”, declarou Lucas Guzen, da área comercial da Cattalini.

O produto importado está sendo direcionado para seis tanques do Centro de Tancagem 2 (CT2), da Cattalini Terminais Marítimos, onde a estrutura é exclusiva para este tipo de produto. Nos próximos dias a mercadoria será transportada por caminhões-tanques.

Neste ano, entre janeiro e a primeira quinzena de junho, cerca de 98 mil toneladas de óleos aquecidos foram descarregados no CT2, representando um aumento de 368% em comparação ao mesmo período do ano passado. “Este aumento significativo de movimentação de óleos aquecidos está ligado principalmente à eficiência operacional da Cattalini Terminais Marítimos e da Portos do Paraná”, avaliou Guzen.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/06/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006